

Acção Socialista



N.º 1303 15 Abril 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Entrevista ao ministro da Economia e Inovação,
Manuel Pinho

“Os resultados são melhores que as previsões”

- ✓ Famílias e PME's vão pagar gás natural mais barato este ano
- ✓ Energia e Ambiente são os desafios da nossa geração
- ✓ A política de defesa do consumidor é uma das marcas do Governo PS
- ✓ Em 3 anos, ultrapassamos os 12 milhões de turistas estrangeiros

PÁGINAS CENTRAIS



Entrevista
Domingos Torrão,
presidente da
Câmara de
Penamacor:
“O turismo é um
vector importante

para o desenvolvimento
do concelho”

18



Entrevista
Álvaro Rocha,
presidente da
Câmara de
Idanha-a-Nova:
“Vamos procurar
convencer o

poder central da importância
do IC31”

19



Entrevista
José Tavares Neves,
presidente da
Câmara Municipal
de Arouca: “Temos
um primeiro-
ministro activo

e reformador. Portugal não pode
desperdiçar esta oportunidade”

14



**Tratado
de Lisboa:
mais uma
marca
socialista e
portuguesa
na Europa**

3

NA PRÓXIMA EDIÇÃO

Entrevista a Alberto Martins pelos leitores do “Acção Socialista”

Envie a sua questão até 22 de Abril para: accaosocialista@ps.pt



Energia PS



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt
http://jorgeseguro.blogspot.com

O tema do mais recente debate parlamentar com a presença do primeiro-ministro foi escolhido pelo Governo. A escolha, desta vez, recaiu sobre a energia.

A energia está no centro da vida de um país e mesmo da evolução humana, independentemente do tipo de análise que se faça. Como imaginar uma sociedade moderna, em que se comunica, se transportam pessoas e bens, se preparam alimentos e se aprende, sem energia? Parece-me uma tarefa impossível, por maior que seja a criatividade.

Todavia, as evidentes alterações climáticas no nosso planeta demonstram-nos que a utilização das energias tradicionais, poluentes e emissoras de CO2 e de outros gases com efeito estufa, sobre as quais se desenvolveu no século XX uma sociedade globalizada, têm os dias contados, sob pena de condenarmos o planeta e a espécie humana. O tema que, na opinião de Tony Blair, é “a questão mais importante que enfrentamos enquanto comunidade global” está claramente no topo da agenda mundial.

Mas, se não chegassem as questões ambientais, crescem a estas, as questões geoestratégicas que, em muito condicionam, uma política de segurança de abastecimento. As regiões do globo mais ricas em petróleo (como a Venezuela, a Rússia, o Iraque, a Arábia Saudita, a Nigéria e mais recentemente o Irão) são também as regiões com maiores problemas de instabilidade política e social.

O aumento da procura de combustíveis fósseis, muito por força do emergir económico da China e da Índia, e também de alguma retoma da economia mundial, levou nos últimos anos o preço e o consumo de petróleo a valores extraordinários, batendo sucessivamente os recordes de preços absolutos. Entre 2001 e 2006, o fuel subiu mais de 160%. O petróleo, que ainda em Julho de 2007 estava a 77 dólares, ronda hoje cerca de 110 dólares.

É neste cenário que o PS chega ao Governo em 2005. Cerca de 85% da energia que o nosso país consome é adquirida ao estrangeiro e as energias renováveis, de que Portugal tem grande potencial para produzir – transformam-se num verdadeiro desígnio na acção do Governo PS.

Já em 2007, mais de 40% da electricidade consumida em Portugal teve origem em fontes renováveis. A meta de 39% estabelecida pela União Europeia para 2010 está ultrapassada com três anos de antecedência.

Portugal já tinha sido, em 2006, o país da Europa que mais cresceu no aumento do potencial eólico. No aproveitamento da força dos rios, área em que Portugal tinha desinvestido nas últimas décadas, o lançamento de dez barragens, é agora uma acção decisiva para que um dos países da UE com maior potencial hídrico por explorar e simultaneamente maior dependência energética do exterior, aumente a sua capacidade de produzir energia e de simultaneamente a armazenar (a água guardada nas albufeiras é um autentico reservatório de energia).

Mas se a produção de energia não se fica por estas apostas – elas também existem nos biocombustíveis, na biomassa, nas ondas do mar, no solar ou na microgeração –, há a registar que ao nível da eficiência energética as apostas são igualmente ambiciosas.

Todos reconheceremos que em Portugal o desperdício de energia é enorme. O Plano de Eficiência Energética, recentemente colocado em discussão pública pelo Governo do PS, assume como objectivo a redução de consumos em 10% até 2015. E este facto é tão mais importante quanto a meta europeia é de 8% e de que Portugal é um país em que, tradicionalmente, o aumento do consumo de energia tem sido superior ao do crescimento da economia, com excepção, precisamente, de 2007.

Boas notícias para a economia. Excelentes notícias para o futuro.

Portugal está na frente da linha europeia na área da energia

Lançar até ao fim do presente mês de Abril a terceira fase do concurso de potência eólica, criar o Pólo de Competitividade da Energia e disponibilizar, com a aprovação do respectivo regulamento, o Fundo para as Energias Renováveis. Estas as iniciativas que o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou no Parlamento no início do debate quinzenal, de 11 de Abril, dedicado à política de energia.

ANTES de aprofundar, de forma pormenorizada, as propostas agora apresentadas sobre a política energética, o primeiro-ministro recordou que, quando o actual Governo iniciou funções, “o sector energético estava paralisado”, sublinhando, a este propósito, que as principais empresas do sector, EDP e GALP, “viviam na total indefinição e na maior incerteza”, já que o principal e único plano do anterior Governo visava a “criação de um monopólio no gás e na electricidade”, medida que se traduziria, como recordou, na fusão dos activos dessas grandes empresas, algo que teria sido “terminantemente recusado pela Comissão Europeia”.

Era, como afirmou, “uma política errada”, que desprezava a concorrência e os interesses dos consumidores, para além de “ignorar as questões críticas da eficiência energética e das energias renováveis”.

Neste quadro, disse ainda o primeiro-ministro, a situação que então se vivia em Portugal, no princípio de 2005, caracterizava-se por uma situação de “paralisia nas empresas, erro nas políticas e ausência nos objectivos”.

Em apenas três anos, contudo, o sector conheceu novas orientações dispondo hoje de “estabilidade accionista e condições de concorrência aberta e leal”.

Para tal, foram estabelecidas parcerias internacionais estratégicas no aprovisionamento de petróleo e gás natural, desenvolveram-se internamente infra-estruturas de armazenamento e transporte de gás natural e foram ainda reforçadas as capacidades de interligação eléctrica com Espanha.

Mas outras medidas foram igualmente adoptadas, como uma nova política tarifária, “que veio dar uma maior defesa aos consumidores”, a dinamização da iniciativa empresarial no sector, com o lançamento de sucessivos concursos para a energia eólica, energia hídrica e para a construção de quatro centrais de ciclo combinado, iniciativas que foram desenhadas, como acrescentou, para estimular e favorecer a constituição de verdadeiros clusters industriais na área da energia, com “valorização tecnológica e forte incorporação nacional”.

Nos últimos três anos em Portugal, sublinhou o primeiro-ministro, “foram lançados mais projectos nesta área do que nos vinte anos anteriores”.

A potência eólica instalada, recordou, “praticamente quadruplicou”, o que



José Sócrates em visita a empresas da área da energia em Viseu

transformou Portugal “num dos dez países do mundo onde a energia eólica mais se desenvolveu”.

As metas de eficiência energética, nomeadamente ao nível da utilização dos biocombustíveis e das energias renováveis são agora, para o primeiro-ministro, “mais ambiciosas do que as próprias metas europeias”.

Para se ter uma ideia mais sustentada do percurso que o país tem feito desde há três anos neste sector, o chefe do Governo lembrou que “fomos o país da União Europeia que mais cresceu na produção de energia eólica, e que em 2007, 40% da electricidade produzida em Portugal teve origem em fontes renováveis, mais do que no Reino Unido, onde se registaram 5% ou em França e na Alemanha onde a taxa se fixou nos 12%”.

Estes resultados, disse, mostram que “estamos a olhar o futuro de frente” e que em matéria de energias renováveis as “nossas metas colocam-nos no grupo dos cinco países mais avançados da UE”.

Potenciar os recursos naturais do país

Em relação às novas medidas, agora anunciadas no Parlamento, Sócrates garantiu que a estratégia nacional para a energia “vai prosseguir”, nomeadamente com o lançamento da terceira fase do concurso de potência eólica, “devendo envolver a instalação de mais 200 MW” dirigindo-se esta iniciativa principalmente “aos pequenos investidores”, já que terá uma forte componente local “privilegiando projectos situados no interior do país”.

Quanto ao Pólo de Competitividade da Energia, que será o segundo a ser criado “depois do Pólo de Competitividade da Saúde”, pretende associar as empresas às universidades e aos centros de inovação, o que permitirá, como sublinhou, realizar acções conjuntas para a promoção de investigação e desenvolvimento, políticas que serão apoiadas através dos fundos do QREN e que se afiguram como “medidas fundamentais para o desenvolvimento do sector”.

Em relação à terceira iniciativa anun-

ciada no Parlamento, Sócrates garantiu que ainda durante o presente mês de Abril, ficará disponível – com a aprovação do respectivo regulamento – o Fundo para as Energias Renováveis, fundo esse que terá cerca de 70 milhões de euros, e cujo objectivo é “apoiar projectos apresentados por múltiplas entidades ajudando à formação de acções inovadoras”, no domínio da eficiência energética e das energias renováveis.

Finalmente, no que respeita à quarta medida anunciada, no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética,

o primeiro-ministro lembrou que o objectivo, neste particular, “é a redução em 10% do consumo de energia até 2015”, poupança que, referiu, permitirá ultrapassar a meta estabelecida pela União Europeia e contará com os contributos dos vários sectores de actividade e com o Estado a liderar em termos de eficiência com uma economia induzida de cerca de 12%.

Vencer o tempo perdido

O líder do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, questionou o Governo sobre as medidas mais relevantes que vai apresentar no âmbito do plano nacional de acção de eficiência energética, não deixando, na sua intervenção, de centrar um forte ataque aos partidos da oposição.

Em relação a Santana Lopes, criticou-lhe o discurso marcado por um regresso ao passado, afirmando que no PSD “não há ideias novas” sobre um tema tão importante como a questão energética.

No mesmo registo, arrasou a intervenção de Paulo Portas, dizendo que “temos de vencer o tempo perdido por causa do vosso passado”.

À esquerda, e dirigindo-se a Francisco Lousã, lembrou que para todos “a ética da República é a lei” e que os socialistas não aceitam “julgamentos morais”, numa clara alusão a Jorge Coelho que tinha sido alvo de fortes críticas pelo dirigente bloquista.

Recorde-se que também José Sócrates saiu em defesa de Jorge Coelho, que vai assumir um alto cargo na administração da empresa Mota-Engil, chegando ao ponto de chamar fariseu a Lousã pelas suas atitudes pouco sérias.

Sócrates acusou Lousã de “pessporencia” e de manifestar um “comportamento de fariseu”, lembrando que Jorge Coelho saiu do Governo há sete anos, “serviu o país, deu o seu melhor ao serviço da política” e, por isso, acrescentou, “não merece ser achincalhado nem alvo de ataques pessoais ou de ver o seu nome atirado para a lama”. O senhor deputado, disse ainda o primeiro-ministro, “com este tipo de atitudes e de intervenções, está a contribuir para o desprestígio da Assembleia da República”. **R.S.A.**

Tratado de Lisboa deixa marca socialista e portuguesa na Europa

Os progressos alcançados na construção europeia com a assinatura do Tratado de Lisboa têm a marca indelével dos socialistas portugueses. A ideia foi sublinhada pelo primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, para quem o carácter vinculativo da Carta dos Direitos Fundamentais é a “maior conquista do documento”.

MARY RODRIGUES

PERANTE a vasta assistência que se reuniu, no dia 12 de Abril, na sala Almada Negreiros do Centro Cultural de Belém para participar na sessão pública promovida conjuntamente pelo PS e pelo Grupo Socialista no Parlamento Europeu (PE) sobre o “Tratado de Lisboa – Eficácia e Democracia”, José Sócrates frisou que o acordo firmado sob os auspícios da presidência portuguesa da União “abriu um novo capítulo na aventura europeia”, simbolizando, além do mais, “a presença e o empenhamento sólido dos portugueses na Europa”.

Para Sócrates, o Tratado de Lisboa constitui, assim, “uma vitória da Europa”, mas não só.

“Esta foi também uma vitória dos valores europeus que fazem falta ao mundo”, disse, acrescentando que, com a assinatura do Tratado, “deu-se um sinal claro de que a Europa está de regresso para assumir as suas responsabilidades no plano internacional”.

E recordou ainda que, “num mundo globalizado e em mudança, a Europa não podia ficar parada”, nem permanecer no impasse institucional.

Neste sentido, saudou a vontade, a determinação e a visão política de um conjunto de líderes europeus que fizeram progredir a construção de uma Europa forte e com alicerces mais profundos.

Mário Soares e António Guterres foram lembrados por Sócrates na sua intervenção. Sobre o primeiro, disse que o ex-Presidente da República “nunca se enganou nas suas prioridades para Portugal” e, relativamente a Guterres, sublinhou o seu marcante contributo para a “Estratégia de Lisboa”, que ainda hoje constitui a pedra de toque para o enquadramento do desenvolvimento económico e social da UE.

Sobre o conteúdo do novo tratado, sustentou que permite à União “decidir mais rapidamente” e falar “a uma só voz” em matéria



de política externa e apontou a Carta dos Direitos Fundamentais como “talvez a maior conquista” do documento.

Numa sessão que visou ser um contributo socialista para o esclarecimento do teor do novo Tratado da UE, Sócrates lembrou ainda que o alargamento desta constitui um grande desafio de modernização das instituições europeias, que hoje são, graças ao acordo firmado em Lisboa, mais céleres, mais eficientes, transparentes e democráticas.

“A Europa ficou apetrechada com normas que lhe permitem decidir rápida e eficientemente”, declarou, apontando igualmente para a maior coesão conquistada.

Confiante na ratificação do novo tratado europeu por todos os Estados-membros, o primeiro-ministro encerrou a sessão após afirmar que o documento de Lisboa devolveu a ambição ao projecto europeu.

“Há uma grande consciência europeia de que este tratado vai entrar em vigor”, sustentou, para de seguida assegurar: “Juntaremos o nome do nosso país àqueles que já ratificaram este Tratado no próximo dia 23 de Abril”.

“Na Europa de hoje há muitas abelhas, mas um só voo”, concluiu, evocando a imagem do filósofo espanhol Ortega y Gasset.

UE a uma só voz

Neste debate promovido pela Delegação Portuguesa no Parlamento Europeu e pelo PS realizaram-se três painéis: “Olhares Cruzados”, “As políticas de União Europeia e a eficácia das instituições” e “O Tratado de Lisboa e o futuro da Europa”.

No primeiro, moderado por José

Lello, secretário para as Relações Internacionais do PS, a eurodeputada socialista e presidente da Delegação do PE, Edite Estrela, e o deputado e presidente da comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, Vitalino Canas, fizeram um exercício de contraposição da “visão de Bruxelas” e da “visão do Parlamento português” sobre o Tratado de Lisboa.

Edite Estrela, após frisar que o documento fez mais pela imagem do país do que qualquer campanha promocional milionária, considerou que a determinação de José Sócrates durante a presidência portuguesa da União foi “essencial” para a que as cimeiras do Brasil e de África, bem como o próprio Tratado, fossem uma realidade.

De seguida, expôs algumas das razões pelas quais afirma ser negável e indiscutível a importância do Tratado de Lisboa.

O ter posto termo ao impasse institucional na UE, ter ajudado a Europa a falar a uma só voz, ter dado carácter vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais, ter reforçado os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores, bem como a noção de cidadania, ter facilitado o poder de intervenção das pessoas mediante a consagração da figura da “petição”, ter reforçado a democracia na medida em que deu mais força à representatividade no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais, e ter tornado, também por isso, mais ágil e eficiente o processo de tomada de decisões a 27 são os sete motivos, que, para Edite Estrela, não sendo exaustivos são suficientes para que se reconheça a crucialidade histórica do documento assinado na capital portuguesa.

Por sua vez, Vitalino Canas saudou o facto dos portugueses terem conseguido criar e fazer vingar “o espírito da Estratégia de Lisboa” no novo tratado europeu, ao mesmo tempo que criava condições para a assinatura de um acordo em que foi rejeitado o neoliberalismo a favor do modelo social europeu.

Para Vitalino, com o Tratado de Lisboa, a Europa deu passos vitais na prossecução de uma política externa e de defesa comum, tendo sido o documento mais debatido da construção europeia e o que, por isso, melhor corresponde ao sentimento da opinião pública da União.

Mais equilíbrio e eficácia nas instituições

Já o segundo painel, mais dedicado à substância do Tratado, foi moderado pelo eurodeputado Joel Hasse Ferreira e contou com a brilhante intervenção do coordenador do Fórum Novas Fronteiras, António Vitorino, centrada na questão da eficácia das instituições europeias.

Para Vitorino, o Tratado de Lisboa marca um aprofundamento da integração política da UE e introduz alterações que lhe conferem maior eficácia, não só na medida em que amplifica a intervenção de todos os países membros e lança as bases para uma política europeia para a imigração, mas também porque, ao nível da segurança, tem objectivos mais ambiciosos no combate à criminalidade organizada, consubstancia as preocupações e os interesses dos Estados em matéria de alterações climáticas e de diversificação energética, garante

a funcionalidade do Conselho da Europa, preserva a colegialidade da Comissão Europeia, equipara direitos políticos, sociais e económicos, e assume, com o novo sistema de votos, “um modelo de equilíbrio e negociação”.

“O novo tratado europeu representa um progresso e nós, portugueses, contribuimos para isso”, rematou António Vitorino.

Antes da intervenção do líder dos PS, José Sócrates, falou o deputado do PSOE e ex-presidente do Parlamento Europeu Barón Crespo, que saudou o facto de ambos países ibéricos estarem “na vanguarda da construção europeia”, para a qual – notou – o documento assinado em Lisboa constitui “um passo importantíssimo no sentido de uma democracia supranacional”.

E considerou que uma consequência imediata do novo Tratado é que os cidadãos mais carenciados e os portadores de deficiência são agora de primeira prioridade.

Aos eurocéticos que defendem a via referendária criticou “essa visão estranha segundo a qual o referendo só é bom quando diz não e trava o processo”.

Recorde-se que o tratado assinado na capital portuguesa a 13 de Dezembro do ano passado vem pôr cobro ao impasse criado pelos chumbos da França e da Holanda, em referendos, ao projecto de Tratado Constitucional, e dotar a União Europeia de um novo modelo de funcionamento com regras diferentes, de forma a tornar eficientes as decisões a 27.

O Tratado de Lisboa será ratificado na Assembleia da República no próximo dia 23 de Abril.

Revisão do Código do Trabalho discutida por patrões e sindicatos

DEBATE NA FEDERAÇÃO DO PORTO

A FEDERAÇÃO do PS/Porto organizou um debate sobre o “Livro Branco das Relações Laborais – Que Consequências?”, no decurso do qual a UGT manifestou o desejo que o Governo deixe a sua marca em termos de melhor defesa dos trabalhadores e de combate à precariedade, a CGTP defendeu que a contratação colectiva é um forte ancoradouro dos direitos laborais e a CIP considerou serem necessários novos parceiros na contratação.

Moderado por Artur Penedos, membro do Secretariado da Federação, o debate que contou com a presença de mais de duas centenas de militantes, juntou confederações patronais e sindicais: João Proença representou a UGT, Carvalho da Silva a CGTP e Gregório Novo a CIP.

No âmbito das suas iniciativas, a Federação do PS/Porto tem vindo a promover debates, como forma de proporcionar aos militantes e à sociedade civil a oportunidade de discutirem e aprofundarem questões relevantes para o país, em geral, e para o distrito, em particular.

O presidente da Federação, Renato Sampaio, venceu precisamente este objectivo da federação, que consiste “na promoção do debate das questões que mais podem afectar a vida dos cidadãos”.

Num debate em que foram apresentadas as posições das organizações presentes sobre o “Livro Branco das Relações Laborais”, Artur Penedos re-



lembrou que o Governo propôs à Comissão do Livro Branco, presidida por Monteiro Fernandes, a redefinição das relações entre a lei, as convenções colectivas e o contrato individual de trabalho.

E adiantou que foram solicitadas propostas de alteração, tendo em vista, designadamente, a flexibilidade interna das empresas, a melhoria da conciliação da vida familiar com a vida profissional e a promoção da igualdade de género. Pretendia-se, sobretudo, a desburocratização e simplificação do relacionamento entre empresas e trabalhadores e destes com a Administração Pública.

Artur Penedos referiu que a Comissão procurou caracterizar o mercado, o regulamento da adaptabilidade, as relações laborais na empresa, bem como, formular recomendações e propostas em matérias como a Lei dos Despedimentos, a negociação colectiva, especialmente em relação ao “princípio do tratamento mais favorável” tratado no artigo 4º do Contrato de Trabalho, do contrato a termo, dos horários de trabalho, da mobilidade e da caducidade.

Na sua intervenção, o líder da UGT, João Proença, afirmou que pretende que o Governo apresente “uma proposta de lei

que seja uma revisão total do que foi escrito no Livro Branco”.

João Proença sublinhou que uma revisão do Código do Trabalho “pressupõe respostas a questões concretas, quando trabalhadores e patrões se confrontam”, acrescentando que “tem que estar presente a melhoria da qualidade do trabalho e não se pode ignorar, por exemplo, a importância da higiene e segurança no trabalho”.

O líder da UGT manifestou o desejo que o Governo “deixe a sua marca em termos de melhor defesa dos trabalhadores e de combate à precariedade”. E, com ironia, realçou, ainda, o “amor

que a CIP, só agora, revela ter pelas Comissões de Trabalhadores”.

Já o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, defendeu que “um debate profundo para produzir efeitos de mudança na sociedade só pode ser feito directamente com os actores que estão no terreno e que tem de ser feito com os sindicatos e com os patrões”.

E frisou que a “contratação colectiva é um forte ancoradouro dos direitos laborais”, afirmando esperar que a proposta do Governo seja “autónoma e que pegue naquilo que são os compromissos necessários para as empresas”.

Por sua vez, o dirigente da CIP, Gregório Novo, sustentou que “a renovação dos quadros das empresas é uma necessidade que deve ser encarada de frente”.

No que se refere à exclusividade das estruturas sindicais na legitimidade para a negociação colectiva, Gregório Novo propôs que os “contratos colectivos de trabalho devem poder ser celebrados com outras organizações, como as comissões de trabalhadores”.

E defendeu ainda que “o emprego tem que pressupor ajustamento do posto de trabalho e empenho do trabalhador”. A título de exemplo e no capítulo dos despedimentos, Gregório Novo afirmou que “como razões de justa causa para o despedimento, devia ser considerada a perda de capacidade do trabalhador, ou seja, o desinteresse, que pode levar a uma quebra na produtividade, ou a avaria de equipamentos”.

Deputados socialistas de Santarém visitaram postos da GNR

VISANDO ter uma percepção mais profunda dos problemas ao nível da segurança que as alterações decorrentes da construção do novo aeroporto irá trazer, as deputadas e deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo eleitoral de Santarém visitaram os postos territoriais da GNR dos concelhos de Benavente, Coruche e Salvaterra de Magos, em que participaram também dirigentes do PS e autarcas dos três concelhos.

Num breve balanço ao “Acção Socialista”, o deputado Nelson Baltazar apontou a falta de recursos humanos como um dos principais problemas da GNR no distrito, numa altura que esta corporação “tem bastantes mais atribuições do que há uns anos atrás, o que exige um esforço muito grande para cumprir as missões que lhe cabem com qualidade”. E realçou, a propósito, “o entusiasmo dos profissionais da GNR para



suprir estas dificuldades, porque estão motivados para este esforço adicional”.

Nelson Baltazar apontou ainda falhas no sistema de informação, devido ao facto de pouco se ter avançado no que toca à informatização, o que dificulta a consulta de processos com celeridade e a comunicação entre postos da GNR.

Já o deputado socialista Nuno Antão também referiu o défice de recursos humanos como um dos principais problemas. “Encontrámos problemas de recursos humanos, infra-estruturas que não servem a realidade. Os problemas estão identificados, agora é preciso encontrar soluções”.

E sublinhou que os deputados socialistas sentiram nos comandantes dos postos territoriais e de destacamento “muita dedicação e motivação perante os problemas que existem para garantir a segurança”. J.C.C.B.

Novo regime do divórcio visa a igualdade das partes

O projecto do PS que altera o regime jurídico do divórcio “é uma reforma profunda, inovadora e justa, que acaba com o divórcio-sanção assente na culpa”, afirmou o líder da bancada parlamentar socialista. A iniciativa socialista tem a grande virtude de proteger as partes mais frágeis da família, em especial os filhos e o cônjuge que tiver uma situação mais fraca..

J. C. CASTELO BRANCO

ALBERTO Martins, que falava em conferência de Imprensa no Parlamento de apresentação do projecto de lei que os socialistas entregaram na mesa da Assembleia da República, disse que está “é uma reforma que estava a ser necessária na sociedade portuguesa”.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS referiu que, entre outras alterações relativas ao regime vigente, o diploma cria o divórcio sem o consentimento de um dos cônjuges, eliminando-se a modalidade de divórcio por violação dos deveres conjugais, ou seja, a forma de divórcio-sanção, que tem sido abandonada na maioria dos países europeus.

“Não queremos um casamento contra a vontade das partes”, referiu Alberto Martins, sublinhando que este é um projecto “que procura a liberdade e igualdade das partes”.

Alberto Martins explicou que o projecto socialista encurta para um ano os prazos de relevância dos fundamentos do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges.

O projecto de lei, adiantou ainda, tem efeitos de natureza patrimonial, estipulando-se que a partilha de bens é sempre a comunhão de adquiridos.

Por outro lado, frisou, a partilha continuará a seguir o regime convencional no caso de dissolução por morte.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS referiu também que o novo diploma introduz o princípio de que o cônjuge que contribui mais do que era devido para os encargos da vida familiar adquire um crédito de compensação que deve ser satisfeito no momento da partilha aquando da dissolução do casamento.

Outra alteração no que respeita os filhos, prende-se com o poder paternal. “Acaba-se com o poder paternal, impondo-se o exercício conjunto, pelos ex-cônjuges, destas responsabilidades, salvo quando o tribunal entender que este regime é contrário aos interesses do filho”, disse.

Relativamente aos alimentos entre ex-cônjuges, Alberto Martins disse que a obrigação de alimentos “deve reduzir-se ao que é essencial, tendo um carácter temporário”, e “eliminando-se a apreciação da culpa como factor relevante da atribuição de alimentos”.

Quanto aos laços de afinidade, o líder da bancada socialista disse que esta cessa com a dissolução do casamento por divórcio, considerando



que a permanência destes vínculos há muito que se apresentava mais do que duvidosa.

No que respeita ao divórcio por mútuo consentimento, o novo diploma, referiu ainda, elimina a necessidade de se fazer uma tentativa de conciliação.

Questionado sobre a posição da

Igreja Católica, Alberto Martins manifestou-se disponível para a ouvir sobre a nova lei do divórcio em sede de comissão parlamentar, mas sublinhou que o projecto de lei apenas trata do casamento e do divórcio civil. “Só estamos a tratar do casamento e do divórcio civil e tão-só”.

Por sua vez, a deputada independente pelo Movimento Humanismo e Democracia Maria do Rosário Carneiro, também presente na conferência de Imprensa, rejeitou igualmente qualquer crítica de “ligeireza” ao novo diploma. E sublinhou que a nova lei “não significa fragilização da família. Mas antes a preservação de um bem fundamental que é a família”.

Já o deputado Pedro Nuno Santos, também líder da JS, disse que o projecto socialista introduz alterações que “valorizam o casamento, que é importante de mais para que possa ser mal vivido”. E acrescentou que “o fim de um casamento significa muitas vezes outros casamentos, outros projectos de vida mais felizes”.

De salientar que o projecto-lei socialista teve na sua base estudos elaborados pelos especialistas em Direito da Família Guilherme de Oliveira e Anália Torres.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Mediação familiar

Incrementa-se a divulgação dos serviços de mediação familiar impondo uma obrigação de informação aos cônjuges, por parte das conservatórias e dos tribunais.

Divórcio por mútuo consentimento

É eliminada a tentativa de conciliação prevista na actual lei.

Divórcio sem o consentimento de um dos cônjuges

Acaba o divórcio litigioso com base na culpa, a clássica forma de divórcio-sanção.

Efeitos patrimoniais

Em caso de divórcio, a partilha far-se-á como se os cônjuges tivessem estado casados em comunhão de adquiridos.

Responsabilidades parentais

É imposto o exercício conjunto das responsabilidades parentais, excepto quando o tribunal considerar que este regime é contrário aos interesses do filho.

Pensão de alimentos

Cada cônjuge torna-se responsável pela sua sub-

sistência. A pensão de alimentos ao ex-cônjuge passa assim a ter um carácter temporário, podendo ser renovada.

Afinidade

Com o divórcio termina a cessação da afinidade com a família do ex-cônjuge (sogro/sogra/cunhado/cunhada/genro/nora).

Ministério e sindicatos chegam a entendimento sobre avaliação dos professores

EDUCAÇÃO

A MINISTRA da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, considerou que “todos saíram ganhadores do acordo”, por este permitir “continuar” o processo de avaliação num clima de “calma, serenidade, confiança e diálogo”.

“Este entendimento, ou acordo, foi um passo muito importante para melhorar as condições de concretização do modelo de avaliação nas escolas”, disse.

Referindo que “um processo de negociação é sempre a procura de um encontro entre as partes”, a ministra da Educação sublinhou que “o mais importante” é que o Ministério e “todos os sindicatos de professores” tenham chegado a um “consenso e diálogo” que permite “concretizar e avançar com o modelo de avaliação de desempenho nas escolas”.

Maria de Lurdes Rodrigues disse que é necessário “fazer a prova deste modelo de avaliação” que, frisou, “não é um ataque contra os professores, mas antes um instrumento que vai permitir distinguir e compensar os melhores”.

Segundo fez questão de lembrar, “o sistema



que vigorava até aqui era muito injusto e considerava todos os professores suficientes, mas os professores não são todos iguais”.

Por isso, salientou, o novo modelo de avaliação vai permitir destrinçar os professores “suficientes, bons, muito bons e excelentes”.

Já num comunicado emitido pelo Ministério se refere que “a avaliação dos professores far-se-á sem interrupções, nem suspensões, nem adiamentos, e para todos os docentes”, sublinhando que “a avaliação de desempenho é um elemento de reforma muito importante

na melhoria do funcionamento das escolas, pelo que o considera um enorme avanço poder contar com a participação dos sindicatos no desenvolvimento deste processo”.

Segundo o Ministério da Educação, “o compromisso obtido permite continuar a avaliação em melhores condições para as escolas e os professores”, salientando que o entendimento inclui ainda outros aspectos, como “a participação dos sindicatos no acompanhamento do processo, a criação de mais um escalão na carreira docente ou a melhoria das condições de horário de trabalho dos professores”.

Por outro lado, com o objectivo de garantir o acompanhamento pelas associações sindicais representativas do pessoal docente do regime de avaliação de desempenho dos professores, “proceder-se-á até ao final de Abril à constituição de uma comissão paritária com a administração educativa, que terá acesso a todos os documentos de reflexão e avaliação do modelo que venham a ser produzidos pelas escolas e pelo Conselho Científico da Avaliação de Professores”, refere ainda o comunicado.

LINHA SAÚDE 24 EVITA 100 MIL DESLOCAÇÕES ÀS URGÊNCIAS



MAIS de 100 mil deslocações às urgências foram evitadas no último ano através do contacto para a linha telefónica Saúde 24, confirmando o êxito desta iniciativa do Ministério da Saúde.

Segundo um balanço feito pelos responsáveis do serviço, nos 11 meses de funcionamento da linha houve uma redução de 64 por cento na intenção inicial de recurso às urgências hospitalares, após o contacto para o 808242424.

“Dos 430 mil contactos que houve desde Abril de 2007 foram evitados 106 mil episódios de urgências. Este é o saldo entre quem tencionava ir, e não foi, e também

entre quem inicialmente não pensava recorrer às urgências, mas foi aconselhado a ir”, disse Ramiro Martins, responsável da empresa privada que gere este serviço.

Para a Direcção-Geral de Saúde, este número é satisfatório mas pode ser potenciado, disse aos jornalistas o enfermeiro Sérgio Gomes, responsável na autoridade de saúde pela linha.

808 24 24 24

É o número da Linha Saúde 24

MINISTÉRIO DA CULTURA E MISERICÓRDIAS ASSINAM ACORDO PARA PRESERVAR PATRIMÓNIO



O MINISTRO da Cultura, Pinto Ribeiro, e a direcção da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) celebraram na semana passada em Fátima um protocolo para a recuperação do património imóvel, móvel e arquivístico daquelas instituições.

Segundo sublinhou Pinto Ribeiro, “a lei do património prevê este tipo de parcerias” que são uma prioridade da tutela, visando sempre “recuperar e revivificar” os espaços culturais.

Para o ministro, este e outros protocolos celebrados com instituições da sociedade civil procuram

resolver um “problema de eficácia cultural e social” que ainda existe em Portugal, acrescentando que “os fundos escassos que temos para aplicar devem servir para trazer mais pessoas e alargar as parcerias”.

O protocolo é válido por dois anos e envolve várias instituições do Ministério, que se comprometem a prestar apoio técnico à inventariação do património das Misericórdias com interesse cultural, bem como à valorização, recuperação, conservação e acompanhamento das intervenções em imóveis das Misericórdias.

Genéricos baixam de preço

MAIS de 1800 medicamentos genéricos vão baixar o preço anunciou o Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, organismo sob tutela do Ministério da Saúde.

A medida entrou em vigor no passado dia 31 de Março, e abrange 13 substâncias activas, medicamentos que no período de Janeiro a Dezembro de 2007 apresentaram quotas de mercado superiores a 50% no âmbito da comercialização da respectiva substância activa.

Esta descida dos preços dos medicamentos, feito ao abrigo da Portaria 300-A/07, prevê uma redução máxima de 12%, e vai traduzir-se, segundo as estimativas do Infarmed, num impacte anual de 15 milhões de euros, sendo 10 milhões de poupança para o Estado e 5 milhões para os cidadãos.

A redução dos preços incidirá sobretudo, e de acordo com as suas indicações terapêuticas, nos

medicamentos destinados ao tratamento da depressão, próstata, epilepsia, tensão alta, osteoporose após menopausa, mas também em relação a outro tipo de medicamentos como os antibióticos, os destinados ao tratamento de infeções de fungos os anti-inflamatórios ou medicamentos para o tratamento de problemas do estômago e ainda os relacionados com a prevenção de trombozes.

Aumenta a adesão ao programa saúde oral para grávidas e idosos

Os dados são positivos e muito animadores. Depois do Governo ter anunciado pela primeira vez na Assembleia da República, na apresentação do Orçamento de Estado, no passado dia 6 de Novembro, um programa nacional de saúde oral integrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS), os resultados e a adesão, de médicos e de utentes a

este novo serviço, não se fizeram esperar.

Segundo os dados disponíveis, em apenas quatro meses, já aderiram ao novo programa cerca de 1465 médicos da especialidade, de norte a sul do país, cobrindo em muitos casos, a nível concelhio, mais de 93%.

Recorde-se que o programa nacional de saúde oral visa, numa primeira fase, alargar a iniciativa ao conjunto das crianças de seis a 12 anos de idade, intervindo na prevenção da cárie dentária, acções que serão desenvolvidas preferencialmente ao nível das escolas, mas igualmente assegurar a cobertura a cerca de 65 mil grávidas e aumentar o apoio aos idosos beneficiários do complemento solidário na aplicação de próteses.

O Ministério da Saúde calcula que este novo programa possa abranger perto de 234 mil pessoas, com encargos para o SNS que deverão rondar os 21 milhões de euros por ano. **R.S.A.**



Estremoz passa a ter serviço de urgência básica permanente

JÁ ESTÁ a funcionar desde 30 de Março o Serviço de Urgência Básica (SUB) do Centro de Saúde de Estremoz, substituindo assim com ganhos efectivos para a população o Serviço de Atendimento Permanente.

O SUB de Estremoz passa a ter, a partir de agora, dois médicos, dois enfermeiros e um técnico de Raios-X em serviço permanente, passando igualmente a dispor de um serviço “Via Verde Coronária”, que permite a transmissão rápida de dados para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) a

fim de permitir um diagnóstico o mais precoce possível de enfartes do miocárdio.

No que respeita às análises clínicas, o serviço passa a dispor de marcadores cardiovasculares também para diagnóstico de enfartes do miocárdio, tendo o Serviço de Observação sido ampliado e melhorado.

O novo Serviço de Urgência Básica de Estremoz vai permitir o atendimento de situações urgentes com maior proximidade das populações.

De salientar que no Centro de

Saúde de Estremoz está instalada, há já alguns meses, uma ambulância de Suporte Imediato de Vida do INEM Instituto Nacional de Emergência Médica.

Esta ambulância, que está equipada com o material necessário para a realização de actividades de Suporte Imediato de Vida, é tripulada por uma equipa constituída por um enfermeiro e por um técnico de ambulância de emergência e funciona em articulação com as viaturas médicas de emergência e reanimação da região, sob a coordenação do CODU.

Eixo Chelas-Barreiro escolhido para terceira ponte sobre o Tejo

A TERCEIRA travessia do Tejo será construída no eixo Chelas-Barreiro e comportará as componentes rodoviária e ferroviária. O primeiro-ministro destacou o “consenso técnico” alcançado sobre a construção desta nova ponte, considerando que a decisão tomada “é da maior importância” para a modernização das infra-estruturas em Portugal.

“É uma boa notícia para o país, para a nossa economia e principalmente para todos os portugueses”, disse José Sócrates em Bucareste aos jornalistas à margem da Cimeira da NATO.

O chefe do Governo sublinhou a importância que a construção da ponte terá para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e para que o país tenha infra-estruturas modernas.

Para José Sócrates, com a decisão anunciada ficam definidas “as duas principais infra-estruturas” que vão ser construídas nos próximos anos: o aeroporto e a nova travessia.

O primeiro-ministro realçou que o Governo conta “apresentar já” o estudo de



impacto ambiental para que o concurso para a construção da ponte possa ser lançado em Novembro ainda deste ano

A decisão do Governo, anunciada em Conselho de Ministros, considera que a opção Chelas-Barreiro “se apresenta como a mais favorável para a travessia do Tejo na área metropolitana de Lisboa” e que “é viável e justificável a associação de uma componente rodoviária” a esta travessia.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião

do Conselho de Ministros, Mário Lino indicou que “o estudo de impacto ambiental deverá acontecer em Maio, para que depois estejamos em condições de lançar o concurso público internacional em Novembro”.

Para o ministro das Obras Públicas, a aprovação da nova ponte “é uma decisão política, bem fundamentada do ponto de vista técnico e ambiental” e confirmando a aprovação preliminar que já tinha sido feita quanto à localização, Chelas-Barreiro, nos itens como o equilíbrio

territorial, critérios de mobilidade, ambiente, natureza técnica e operacional e custos estratégicos de oportunidade.

A nova ponte, que terá uma extensão de 13 quilómetros, sete dos quais sobre o rio Tejo, permitirá assegurar a ligação em alta velocidade Lisboa-Madrid, que deverá ter início em 2013.

A terceira travessia do Tejo terá duas vias para a alta velocidade, duas para a rede convencional e duas vias laterais com três faixas cada uma para o tráfego rodoviário.

OPINIÃO



VÍTOR RAMALHO
Deputado do PS
Presidente da Federação de Setúbal

Há muito que a Federação a que presido levantou publicamente este objectivo, da construção de uma nova ponte, e neste caso com as zonas de amarração em Chelas e no Barreiro

A PONTE CHELAS – BARREIRO

NA QUALIDADE de presidente da Federação do PS de Setúbal não posso deixar de me congratular com a decisão do Governo na opção Chelas-Barreiro para a terceira travessia do Tejo.

Há muito que a Federação a que presido levantou publicamente este objectivo, da construção de uma nova ponte, e neste caso com as zonas de amarração em Chelas e no Barreiro.

Fizemos esta defesa na mesma altura em que sustentámos que a ser construído um novo aeroporto internacional, ele não poderia deixar de ser na margem sul e concretamente na região do campo de tiro de Alcochete.

É útil e proveitoso ter este dado presente uma vez que quando fizemos esta defesa, pela primeira vez, em Junho de 2007, na “Universidade de Verão” parecia que já se encontrava consolidada a posição da solução da Ota para um novo aeroporto.

Este facto é mais um, entre muitos outros, que prova a importância de dever ser sempre salvaguardada a liberdade de pensamento e de expressão entre nós, socialistas, conforme aliás à génese constitutiva do nosso partido.

Passo a explicar as razões que justificam a urgência de uma nova travessia sobre o Tejo e em concreto entre Chelas e o Barreiro.

Em primeiro lugar, porque na área da chamada grande Lisboa a relação de passagem entre as duas margens do Tejo tinha desguarnecido o corredor central.

Em segundo lugar, porque esta solução é tão eficaz, como qualquer outra, na articulação com o novo aeroporto.

Em terceiro lugar, porque permite a diminuição, em mais de vinte minutos, o percurso ferroviário de Setúbal a Lisboa, encurtando também, em tempo muito significativo a duração do percurso para o Algarve.

Em quarto lugar, porque na imprescindível articulação dos concelhos do chamado arco-ribeirinho da margem sul, no caso os concelhos de Alcochete, Montijo, Barreiro, Almada, Seixal e Moita e na lógica da visão com que se deve encarar o desenvolvimento futuro da área da grande Lisboa, esta localização é a que propicia uma maior pressão para essa desejável articulação.

Em quinto lugar, porque do ponto de vista da análise técnica os estudos demonstram, à exaustão ser esta a melhor solução de entre todas as possíveis.

Em sexto lugar, porque tendo presente os vultuosos investimentos, público-privados, que estão em curso ou já foram anunciados no distrito de Setúbal, desde o novo aeroporto, passando pela maior plataforma logística que o país vai ter, situada no Poceirão, até ao alargamento da fábrica da Portucel, não esquecendo o que se está a passar na plataforma industrial de Sines e ainda os empreendimentos turísticos em Tróia, parece óbvio que qualquer nova travessia fora do corredor central não era a mais adequada.

Por todas estas razões, numa altura em que o distrito de Setúbal da região-problema vai passar a ser a região motor do próprio desenvolvimento do país, e vai levantar voo, é muito agradável ver nascer mais uma obra indispensável ao futuro.

E mais agradável é vê-la nascer sob o impulso do PS.

PS/Setúbal congratula-se com localização da nova ponte

“MUITO agrado” é a expressão simples mas profunda com que a Federação do PS de Setúbal manifestou o seu regozijo pela opção da terceira travessia do Tejo ter recaído sobre a solução Chelas/Barreiro.

Em comunicado, os socialistas de Setúbal consideram que “não só do ponto de vista técnico a ligação Chelas/Barreiro, situada no corredor central é a melhor, como é a que melhor serve a estratégia do desenvolvimento do próprio distrito, agora que um vasto conjunto de empreendimentos público-privados permitem que o distrito levante voo”.

E dão como exemplo o novo aeroporto, a plataforma logística do Poceirão, aumento da produção da Portucel e os grandes empreendimentos turísticos na península de Tróia, entre muitos outros.

Para a Federação, “o distrito de Setúbal e os seus múltiplos agentes não podem deixar de escapar a oportunidade única que se abre para o futuro”, sublinhando que “o distrito de região-problema tem de ser e vai ser a região motora do próprio desenvolvimento do país”.

E adianta que “a posição geoestratégica que o distrito ocupa, com dois dos mais importantes portos de mar, que são porta de entrada e saída do próprio continente europeu, e a re-

lação privilegiada com a centralidade da Espanha são para esse objectivo factores ímpares”.

“É nesta lógica, de congregar esforços para o desenvolvimento que a Federação do Partido Socialista de Setúbal continuará a trabalhar”, refere ainda o comunicado.

Uma decisão que o Barreiro merece

Também o PS/Barreiro se congratulou com a escolha da localização da nova ponte, considerando que “configura uma das mais marcantes decisões tomadas por um organismo público na história da nossa cidade”.

“Desde o início que o PS/Barreiro defendeu esta localização e a contemplação das valências rodoviária e ferroviária. Apesar de o Governo nunca ter posto em causa esta solução, não deixámos de levar a cabo todos os esforços para que esta se tornasse numa realidade. Em contraste com a serenidade e responsabilidade com que pautámos a nossa actuação, outros preferiram promover campanhas demagógicas que pretendiam lançar uma nuvem de incerteza sobre a decisão do governo e usurpar de forma desesperada os dividendos deste investimento”, refere o comunicado.

Para os socialistas do Barreiro, “a

concretização desta infra-estrutura representa uma imensa janela de oportunidade, não só para a cidade do Barreiro e para o arco ribeirinho, como também para todo o território envolvente.”.

E sublinham que “a deliberação agora confirmada comporta, de igual modo, um enorme valor simbólico para o concelho”, já que “durante décadas, o Barreiro contribuiu decisivamente para o crescimento da economia portuguesa”.

E hoje, frisa o PS/Barreiro, “pela mão do PS, recebe a justa retribuição por longos anos de indústria pesada e desenvolvimento urbanístico desordenado que, associados à incapacidade dos sucessivos executivos autárquicos em adaptar o concelho a um novo paradigma económico, condenando-o a um isolacionismo que agora temos a oportunidade de inverter”.

O PS/Barreiro espera ainda que “a autarquia tenha a capacidade de gerir as sinergias agora criadas, e que não ceda à tentação da especulação imobiliária desenfreada” e promete analisar “com particular atenção os próximos passos do Executivo camarário, pois estes terão um carácter decisivo agora na rentabilização de todo o potencial que a decisão do Governo socialista agora gerou”. J.C.C.B.

OPINIÃO



JOSÉ JUNQUEIRO
Vice-presidente do GP/PS

Quanto à tramitação interna das perguntas/requerimentos, tudo é simplificado [...] poupando anualmente mais de sessenta mil ofícios uma vez que será um sistema "non paper"

GUIA DE BOAS PRÁTICAS DE SIMPLIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

EM AGOSTO de 2007, por resolução da Assembleia da República, foi decidido constituir um Grupo de Trabalho, com composição pluripartidária, para elaborar um Guia de Boas Práticas. Tinha como objectivo apresentar propostas que melhorassem a elaboração das perguntas e requerimentos e o conteúdo das respostas com vista à sua adopção pela Assembleia e pelo Governo. Ouvidos os partidos, o presidente da Assembleia constituiu um grupo de trabalho para a elaboração do Guia presidido por José Junqueiro (PS) e constituído por Matos Correia (PSD), Abel Baptista (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP), Ana Drago (BE) e Madeira Lopes (PEV).

No que respeita às perguntas considerou-se e decidiu-se:

Nos termos do artigo 156º da Constituição, é um direito dos deputados "fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável, salvo o disposto na lei em matéria de segredo de Estado".

As perguntas podem ser dirigidas ao Governo e à Administração Pública e incidir sobre actos destes; o destinatário da(s) pergunta(s) deve ser claramente indicado; cada pergunta pode incluir várias questões à mesma entidade, mas a mesma pergunta dirigida a duas ou mais entidades deve ser formulada de forma autónoma.

No que respeita aos requerimentos considerou-se e decidiu-se:

Nos termos do artigo 156º da Constituição, é um direito dos deputados "requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato".

Um requerimento visa obter elementos, informações e publicações oficiais úteis para o exercício do mandato, não devendo ser feito sob a forma de pergunta; o requerimento pode ser dirigido ao Governo ou aos órgãos de qualquer entidade pública, devendo o destinatário ser claramente indicado; cada requerimento pode incluir vários pedidos de elementos, informações ou publicações se dirigidos à mesma entidade. Requerimentos feitos a entidades distintas devem ser autonomizados em tantos requerimentos quanto as entidades destinatárias.

No que respeita às respostas decidiu-se:

As respostas às perguntas e requerimentos devem ser dadas com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 dias. Sempre que não seja possível fornecer a resposta nesse prazo, esse facto deve ser comunicado por escrito ao presidente da Assembleia, apresentando-se a respectiva fundamentação também por escrito. Neste contexto, consideram-se as seguintes situações: caso a resposta seja demasiado volumosa ou não possa ser enviada deverá ser junto pelo seu Autor um índice e síntese da mesma; se for classificada deverá ser enviada directamente ao deputado que a solicitou que dará indicação aos serviços da sua recepção; e se for impossível de fornecer no prazo fixado deverá ser pedida de forma fundamentada a prorrogação do prazo.

Como procedimento geral, nas situações em que o destinatário da pergunta/requerimento seja incompetente em função da matéria deverá devolver à Assembleia da República, no prazo de cinco dias úteis, com indicação da entidade competente, sendo feita nova pergunta/requerimento se o deputado assim o entender; os requerimentos e perguntas que não respeitarem os princípios enunciados são devolvidos pela Mesa, aos seus autores, para aperfeiçoamento; os serviços registam como respondidos sempre que seja recebido ofício da entidade destinatária com referência à pergunta ou requerimento, excepto se se tratar de pedido de prorrogação de prazo devidamente fundamentado.

Quanto à tramitação interna das perguntas/requerimentos, tudo é simplificado, designadamente através da criação de formulário próprio e a circulação será exclusivamente electrónica, mediante assinatura digital dos Deputados, diminuindo as entidades que até agora fazem parte do circuito e poupando anualmente mais de sessenta mil ofícios uma vez que será um sistema "non paper".

Energias renováveis reforçam segurança nacional



NO ÂMBITO do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hídrico, o primeiro-ministro presidiu ao lançamento dos concursos para a construção de quatro novas barragens no Norte.

As barragens de Pedroselos, Gouvães, Daivões e Alto Tâmega representam um investimento de entre 450 e 760 milhões de euros e um acréscimo de produção de energia hidroeléctrica de 427 megawatts.

Na ocasião, José Sócrates fez um breve balanço da acção do Governo na energia, salientando que "em 2005 havia indefinição es-

tratégica na Galp e da EDP; havia indefinição na energia eólica e uma paralisação no sector hidroeléctrico. Três anos depois, a Galp e a EDP estão em franca expansão e há uma estratégia clara para aumentar o potencial de Portugal nas energias eólica e hidroeléctrica, porque reforça a segurança nacional".

E acrescentou que "Portugal é hoje visto como um país que tem uma orientação clara nas energias renováveis, diminuindo a sua dependência externa e a emissão de gases com efeito de estufa".

O chefe do Governo sublinhou

ainda que as barragens "são investimentos seguros dos pontos de vista ambiental, energético e económico, porque serão sobretudo feitos com tecnologias e com engenheiros portugueses, o que terá um assinalável impacto no emprego".

O Programa de Barragens com Elevado Potencial Hídrico foi lançado a 7 de Dezembro de 2007 e "o facto de estarmos aqui hoje a lançar os primeiros concursos, pouco mais de três meses depois, demonstra o sentido de urgência deste Governo", disse ainda o primeiro-ministro.

Entrega de peças processuais e de documentos por via electrónica

MAIS de 300 tribunais em Portugal oferecem já acessibilidade a um novo portal de Internet (<http://citius.tribunaisnet.mj.pt>) que permite a entrega de peças processuais cíveis e de documentos por via electrónica com assinatura digital, dispensando o envio de cópias em papel.

Trata-se de mais uma iniciativa do Ministério da Justiça, no âmbito do programa informático "Citius" que se encontra disponível, desde o passado dia 7 de Abril, em todos os tribunais de primeira instância.

Segundo a tutela, esta nova ferramenta ao dispor de advogados e solicitadores cria as condições adequadas para que "os processos circulem electronicamente entre tribunais, evitando o desperdício de tempo em tarefas inúteis e repetitivas e eliminando os custos em deslocações, selos, registos e fotocópias".

A este propósito, o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, referiu que a partir de Setembro deste ano, altura em que



o programa reflectir-se-á no novo Regulamento de Custas Judiciais, "quem optar pela utilização deste sistema informático beneficiará de uma redução das taxas que irá de 25 a 50%".

Além da poupança, esta nova forma de entrega electrónica de peças processuais cíveis facilita também o trabalho aos cerca de 19 mil mandatários judiciais com acesso à aplicação e, consequentemente, melhora e acelera o serviço

prestado aos cidadãos.

O sistema será aplicado a todas as acções declarativas cíveis, incluindo processos tutelares cíveis e de trabalho, acções executivas cíveis e providências cautelares.

Os mandatários são também informados de diligências e podem consultar todos os actos praticados no âmbito dos processos.

Destaque-se igualmente que, em conjunto com a desmaterialização do procedimento de injunção (iniciado no passado

dia 5 de Março e já com cerca de 92% de entregas efectuadas por via electrónica, o que corresponde a 23.688 procedimentos de injunção entregues por via electrónica), esta iniciativa do Ministério da Justiça constitui mais um passo no processo de desmaterialização dos processos, desenvolvido com o objectivo de responder eficiente e eficazmente às necessidades dos utilizadores, melhorando assim o nosso sistema de justiça. M.R.

Carlos César propõe aos açorianos parceria na governação

O PS deve apostar na abertura à sociedade e chamar cidadãos sem filiação partidária a lugares na Assembleia Legislativa e Executivo regionais. Esta é uma das ideias defendidas pelo camarada Carlos César, líder dos socialistas açorianos, na moção que vai apresentar ao XIII Congresso Regional.

“O PS/Açores deve prosseguir na senda da abertura e disponibilidade à colaboração dos cidadãos sem filiação partidária”, refere a moção que se encontra disponível no *site* do PS/Açores: www.psaçores.org.

Intitulada “Fazer Sempre Mais, Sempre Melhor”, a moção de Carlos César, recentemente eleito com 99,6% dos votos sufragados nas directas realizadas em Fevereiro, alerta para a necessidade de “descobrir novas maneiras de seduzir e envolver os as pessoas na vida política partidária”, propondo uma “parceria na governação”.

Na moção, César anuncia que o PS/Açores pretende realizar uma Conferência Anual sobre o Estado da Região, com a participação de vários sectores da sociedade para uma “monitorização das políticas governativas” no arquipélago.

Depois de um breve balanço do trabalho dos vários governos socialistas desde 1996, o documento aborda as eleições para a Assembleia da República e Parlamento Europeu, previstas para 2009, ponto em que Carlos César sublinha que ser deputado por uma região autónoma implica como “principal dever a



defesa intransigente dos Açores e dos açorianos”, um princípio de “corajosa observância” porque os coloca em “confronto eventual com os grupos parlamentares”.

E, por outro lado, refere que “a governação nacional do PS merece

ser valorizada e defendida perante os portugueses, bem como salvaguardada da oposição populista e depredadora que divulga demagogia e que já destruiu o Estado no passado recente por omissão de Durão Barroso e por acção de Santana Lopes”.

No que diz respeito à autonomia, César assegura que o “PS/Açores não descure nenhum momento de aprofundamento e aperfeiçoamento”, frisando que a autonomia não pode ser vista pelos poderes centrais ao nível de um “deve e haver preconceituoso”, considerando aliás que, feitas as contas, “facilmente se constata o bom negócio que as autonomias são para o Estado”.

No documento que apresenta aos congressistas, o líder dos socialistas açorianos salienta ainda a necessidade de uma dimensão para a cooperação externa do arquipélago e defende que, dentro dos limites constitucionais, a região devem definir parcerias em espaços e interesses mais amplos.

Ao nível interno e nas prioridades definidas para um eventual novo

mandato do Governo socialista, César compromete-se a implementar um Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, o qual deverá definir as estratégias de desenvolvimento de cada uma das ilhas mais pequenas e os sectores estratégicos de investimento que promovam a criação de emprego qualificado.

Quanto ao Poder Local, preconiza um reforço de competências e atribuições para as autarquias, ao mesmo tempo que defende uma “tutela mais abrangente da administração regional em relação à local do que a actualmente existe”.

Já em relação aos candidatos, Carlos César sustenta que, “nos casos em que se considere que a nossa gestão não atingiu a qualidade que era exigível, ou que almejávamos, assumamos claramente novas propostas e novos protagonistas para a melhorar”.

CONGRESSO DO PS/AÇORES A 18, 19 E 20 DE ABRIL

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, José Sócrates, e o dirigente nacional António Costa participarão no XIII Congresso Regional do PS/Açores, que se realiza nos próximos dias 18, 19 e 20 de Abril, em Ponta Delgada.

A reunião magna dos socialistas açorianos apresenta, nesta edição, um figurino diferente do habitual, contando com a

presença de personalidades independentes.

Assim, para o dia 18, o programa do evento prevê as intervenções do presidente da COC, Vasco Cordeiro, do edil lisboeta, António Costa, do líder do PS/Madeira, João Carlos Gouveia e do eurodeputado socialista Paulo Casaca, além do natural espaço para a realização das eleições para presidente

do Congresso, para a Mesa e para a Comissão de Verificação de Poderes.

Também nesta sexta-feira serão apresentados, discutidos e votados os relatórios da Comissão de Fiscalização Económica e Financeira e da Comissão de Jurisdição.

Na reabertura dos trabalhos, a 19 de Abril, intervirão, após a apresentação

da Moção de Orientação Política Global, o líder da JS nacional, Pedro Nuno Santos, o presidente da CCIH, Sandro Paím, e o presidente da AASM, Jorge Rita.

A encerrar o debate, e antes da intervenção do orador convidado do PAICV, discursará o líder dos socialistas açorianos, Carlos César, e depois proceder-se-á à votação da moção global.

Posteriormente, dar-se-á lugar para a apresentação, discussão e votação das moções sectoriais.

Já no último dia dos trabalhos, domingo 20, uma vez realizada a eleição dos órgãos regionais, José Sócrates falará na sessão de encerramento do Congresso, seguindo-se a intervenção final do camarada Carlos César. M.R.

PS/Valbom promove colóquio sobre Saúde

A REFORMA da Saúde vai na direcção certa. A garantia foi dada pelo secretário de Estado, Manuel Pizarro, ao intervir num colóquio promovido recentemente pela Secção do PS de Valbom, onde também sublinhou que, nesta área, “há muito trabalho feito”.

Após reafirmar como pilares fundamentais da estratégia governativa para este sector os cuidados de saúde primários – nos quais se enquadram as Unidades de Saúde Familiar (USF) –, a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a Reorganização da Rede Hospitalar e a Política do Medicamento, Pizarro lembrou que a criação das USF permitiram que 160 mil pessoas que não tinham médico de família passassem a contar com assistência médica de qualidade e a terem acesso a consultas no próprio dia em que delas precisam, “sem terem de fazer longas vigílias à porta dos centros de saúde, como acontecia”.

Destacando os progressos alcançados no concernente aos cuidados de saúde primários, o governante recordou que há 20 meses atrás ainda não havia nenhuma USF e que, agora, o país conta com 110 em funcionamento, abrangendo um universo de 1.350.000 utentes.

Quanto às listas de espera, o secretário de



Estado da Saúde apontou para “progressos notáveis” ao nível da diminuição do tempo de espera e das pessoas envolvidas nessa situação.

Assim, referiu que em Dezembro de 2005 contabilizavam-se 241 mil pessoas nas listas e a mediana do tempo de espera era de 8,6 meses.

“Em Dezembro de 2007 reduzimos a mediana para metade (4,3 meses) e diminuímos em 17 por cento (para 201 mil pessoas) o número de utentes em lista de espera”, disse, embora reconhecesse que “ainda há doentes a esperarem tempo demais”.

Numa sessão bastante participada, Manuel Pizarro não se furtou às diversas questões

colocadas pela assistência, tendo aprofundado inclusivamente o polémico aponto do encerramento de algumas urgências.

Neste aspecto, vincou que “o que está em causa não é diminuir o número de pontos de acesso aos cuidados de urgência, mas permitir o acesso a locais com serviços qualificados”.

“Esta reforma tem de ser feita com humanidade e com respeito pelo sentimento das pessoas, mas sem descure as exigências técnicas destes serviços”, clarificou, para depois sublinhar que é preciso combinar proximidade e acessibilidade aos cuidados de saúde com diferenciação técnica.

Mas isto – ressalvou – “não é para fazer-se no prazo de uns meses, e sim para se ir fazendo no espaço de dois a três anos”.

De referir que neste colóquio estiveram presentes Bomba Pais, director do Centro de Saúde de Gondomar, e Luís Filipe Alves, coordenador da USF de Valbom.

O evento, que decorreu no salão nobre da Junta de Freguesia de Valbom, contou ainda com a presença e com a participação de muitos gondomarenses e valboenses em particular, que saíram esclarecidos quanto aos cuidados de saúde e funcionamento da USF. M.R.

“Energias renováveis muito forte e

Nesta entrevista conduzida pelos leitores do “Acção Socialista”, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, tem a oportunidade de sublinhar os êxitos do Governo no que respeita às energias renováveis, área onde Portugal pretende estar na linha da frente aos níveis europeu e mundial, das exportações, que cresceram mais de 20%, e à criação de 90 mil empregos líquidos, tudo nos primeiros três anos da legislatura.

Manuel Pinho reitera ainda que sem finanças sãs não há crescimento, defende a acção da ASAE, porque quer um mercado mais seguro e competitivo, onde os consumidores sejam respeitados, e salienta também o clima de confiança que este Governo proporcionou aos agentes económicos.

De António Araújo

Foi recentemente apresentado um plano para a eficiência energética. Em que consiste? Quais os objectivos a atingir? Por que razão não houve uma mais ampla divulgação sobre o plano?

O problema da energia e do ambiente é o maior desafio da nossa geração. Queremos estar na linha da frente. Temos resultados para mostrar. Em matéria de energia, estamos no top-5 europeu e top-10 mundial. O trabalho do Governo é reconhecido a nível internacional. Trata-se de uma aposta ganha. A nível europeu, demos uma contribuição importante através da aprovação em Bruxelas, em Dezembro passado, do Plano Tecnológico para a Energia, que pode ser consultado no *site* do ministério em www.MEI.gov.pt.

Não há uma bala de prata capaz de o resolver do ponto de vista tecnológico, é necessária a contribuição de todos os sectores da economia e uma mudança de comportamentos. O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) define as principais medidas de eficiência energética até 2015. Esteve em consulta pública durante um mês, acaba de ser aprovado em CM e vai, agora, ser divulgado amplamente.

Ele cobre os quatro principais sectores da economia: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado, para os quais são definidas medidas concretas, orientadas para a promoção de eficiência energética e redução da procura de energia. A título de exemplo, destacam-se os programas Renove Carro, Sistema de Eficiência Energética nos Transportes, Renováveis na Hora, entre outros.

O plano permitirá reduzir o consumo de energia em 10% face à média do período de referência da Directiva Europeia (2001-2005). Este objectivo permitirá ultrapassar a meta definida pela União Europeia em quase 20%, com o Estado a liderar em termos de eficiência, com uma economia induzida de cerca de 12%.

De Cristina Rocha

A ASAE é uma das marcas deste Go-

verno. Alguns sectores da sociedade têm acusado este novo serviço de excessos e algum exagero na actuação. Considerando a importância da qualidade e segurança alimentar, gostava de saber porque acha que sucedem estas sucessivas campanhas?

A política de defesa do consumidor é uma das marcas do Governo. Tem sido protagonizada pelo secretário de Estado Fernando Serrasqueiro, que está a fazer um excelente trabalho e conta com o meu total apoio.

Destaco três linhas de actuação na defesa do consumidor. Primeiro, as regras para criar mais transparência na relação entre os bancos e os clientes, que facilitam a transferência dos créditos à habitação e permitem aos depositantes ter os fundos disponíveis de uma forma mais atempada. Segundo, as medidas para limitar o aumento das tarifas de electricidade e a baixa das tarifas de gás em benefício das famílias das regiões desfavorecidas do interior. Terceiro, a criação da ASAE e a sua acção em defesa da segurança alimentar.

A ASAE impôs-se rapidamente, todos os portugueses dão valor às suas acções, por exemplo, o encerramento de abates clandestinos e a apreensão de muitas toneladas de peixe com data adulterada. Quando vou ao Parlamento ou à televisão e me fazem perguntas sobre a ASAE, nunca jogo à defesa, porque tenho inquéritos de opinião que me garantem que a maioria dos portugueses aprova a acção da ASAE.

Depois da ASAE ter afirmado a sua importância, dei indicações para se adoptar uma política de comunicação que desse mais relevo aos aspectos formativos.

A ASAE incomoda interesses instalados e não tardou uma campanha populista para a desacreditar, espalhando a ideia de que não era permitido servir cafés em copos de plástico, vender bolos nas praias, nem haver bolo-rei com brinde.

Não é sensato dizer-se, num Estado de Direito, que um órgão fiscalizador actua com excesso e com algum exagero quando o que a ASAE faz é cumprir a lei. E qualquer lei, neste caso qualquer lei sobre actividade económica, tem subjacente uma determinada orientação



política, cultural e social da economia e do mercado. Que mercado queremos?

Queremos um mercado mais competitivo, em que os direitos dos consumidores sejam respeitados. A acção da ASAE incide no cumprimento da legislação a favor dos consumidores. Por reflexo, esta acção tem repercussões na concorrência, dado que todos os sectores são fiscalizados e os infractores em nada beneficiam com o incumprimento das regras.

De Daniel Martins

Controlámos o défice. Estamos a crescer, ao contrário do que acontecia nos tempos do Governo do PSD e do CDS. Quando acha que vamos crescer mais que a União Europeia?

Não faço previsões. No MEI há uma equipa que está totalmente concentrada em obter resultados que sejam superiores às previsões. Os portugueses estão escaldados do tempo em que se passava a vida a fazer previsões catastróficas em vez de se tomarem medidas para aumentar a confiança. Nos últimos três anos, os resultados foram sempre melhores do que as previsões, apesar da conjuntura ter sido desfavorável.

Desde 2005, o preço do petróleo mais do que duplicou, as taxas de juro subiram, o euro valorizou-se fortemente relativamente ao dólar. Apesar de tudo isto, conseguimos bater as previsões.

A OCDE prevê que o crescimento seja superior ao da Zona Euro em 2009, mas quem sabe se isso não vai suceder já em 2008. Poderíamos, então, dizer, com grande orgulho, que conseguimos corrigir um défice orçamental colossal e, ao mesmo tempo, que a nossa economia passou a crescer mais rapidamente do que a Zona Euro, o que já não sucede desde o início da década.

Em matéria de crescimento, exportações, investimento e emprego, os resultados deste Governo são muitíssimo superiores aos dos anteriores executivos.

As exportações cresceram mais de 20% nos últimos três anos, quando tinham crescido pouco mais de 5% em 2002, 2003 e 2004. O investimento subiu mais de 3% em 2007 porque regressou a confiança, quando tinha baixado 10% em 2002, 2003 e 2004, porque os empresários tinham perdido a confiança. Foram criados cerca de 90 mil empregos em termos líquidos, quando tinham sido destruí-

...eis são uma aposta do Governo”



idos 60 mil em 2002, 2003 e 2004.

Ao mesmo tempo, estão a ter lugar mudanças estruturais importantes em resultado das reformas que o Governo teve coragem de fazer e porque a estrutura da nossa economia está a mudar no sentido positivo, o que se vê claramente ao nível da intensidade tecnológica das exportações.

Agora, a conjuntura é mais difícil, em resultado da crise do imobiliário nos Estados Unidos e do comportamento condenável de diversos bancos internacionais. Estamos melhor equipados para fazer frente a esta situação do que estávamos há três anos. O que seria de nós se tivéssemos de fazer face a esta situação com um défice orçamental superior a 6% do PIB?

De Fonseca Santos

O que foi que verdadeiramente aconteceu entre o Ministério da Economia e o senhor António Borges, relativamente a eventuais contratos com a firma Goldman Sachs?

Bato-me por causas políticas, não é por causas pessoais.

O Governo não toma, nem nunca tomou,

atitudes discriminatórias relativamente a empresários e consultores que militam nos partidos da oposição. Prova disso é ter sido nomeado para presidente da maior empresa portuguesa António Mexia, um ex-ministro do Governo Santana Lopes. Ângelo Correia e António Pires de Lima acabam de vir a público confirmar que têm sido tratados de uma forma correcta no que respeita aos seus interesses empresariais.

António Borges afirmou, de uma forma bastante infeliz, que foi discriminado pelo Governo logo a seguir a ter anunciado que ia ter uma intervenção mais activa no Congresso do PSD. Mas, eu recorro que ele não venceu nem esse congresso, nem o outro que se seguiu. O Governo não discrimina negativamente os vencedores dos congressos da oposição nem, por maioria de razão, os vencidos.

A única matéria de substância é que os anteriores governos tinham uma política de energia que foi um fracasso total, foi necessário mudar quase tudo e os resultados conseguidos são elogiados a nível internacional. Não precisei de usar consultores porque sei bem o que quero em matéria de energia.

O anterior Governo tinha suspenso um contrato com a Goldman Sachs, por ele não se justificar mais, depois do chumbo de Bruxelas ao modelo de monopólio na electricidade e gás natural. Era um mau modelo, não cumpria as regras comunitárias, prejudicava os consumidores. Era incapaz de resolver a situação muito má das empresas. Foram gastos milhões de euros em estudos, sem qualquer resultado.

De José Pedro Simões

Foi com muito gosto que li no último número do nosso jornal “Acção Socialista” os artigos referentes ao

“Queremos estar na linha da frente. Temos resultados para mostrar. Em matéria de energia, estamos no top 5 europeu e top 10 mundial”

“O plano permitirá reduzir o consumo de energia em 10% face à média do período de referência da directiva europeia”

“Queremos um mercado mais competitivo, onde os consumidores sejam respeitados”

desenvolvimento das energias renováveis em Portugal e me congratulo por tudo o que o nosso Governo tem feito neste sector.

Mas como precisamos de muito mais e de políticas ainda mais ambiciosas neste sector, pois é através da energia solar, sob as suas diferentes formas, e eólica que a nossa economia pode ser mais competitiva e cada vez menos dependente do petróleo e dos seus preços e oferta incontrolláveis, gostaria de saber da parte do senhor ministro quando será possível cumprir a promessa de dar a oportunidade às pequenas empresas e autarquias de apresentarem os seus projectos, uma vez que o objectivo de construção do cluster eólico já está atingido?

As energias renováveis são uma aposta muito forte do Governo, a par da segurança de abastecimento energético e da promoção da concorrência nos mercados de energia. Em todas elas, há já resultados concretos muito positivos. Em particular, na vertente das renováveis, Portugal é hoje unanimemente apontado como sendo um dos países

que mais se tem destacado em termos internacionais. À nossa frente apenas estão a Suécia, Lituânia, Áustria e Dinamarca.

Com a aposta conjunta na energia hídrica e na energia eólica, complementada com uma diversificação em outras formas de renováveis, Portugal está hoje em boas condições para otimizar o aproveitamento dos seus recursos endógenos de forma ambientalmente sustentável e, simultaneamente, olhar para as metas impostas pela União Europeia com optimismo.

Temos actualmente a quinta meta mais ambiciosa da UE para 2020 em termos de energias renováveis. Para isso, muito contribuirão as medidas já implementadas ou em fase de implementação, nomeadamente:

- A revitalização do potencial nacional sub-aproveitado através da optimização do parque existente com reforços de potência e de novas centrais identificadas no Plano Nacional de Barragens, este último devidamente elaborado de acordo com as directrizes europeias de Avaliação Ambiental Estratégica. Com esta aposta, serão desenvolvidos 18 grandes projectos com uma capacidade total superior a 2.800 megawatts e um investimento superior a 2.650 milhões de euros.
- A aposta na energia eólica, na qual Portugal passou de um contexto em finais de 2004 de 537 megawatts instalados para mais de 2100 megawatts no final de 2007, visando atingir a meta de 5100 megawatts em 2010. Somos apontados entre os dez países mundiais nos quais a energia eólica mais se destacou.
- A política diversificada em outras formas inovadoras de energias renováveis com projectos de bandeira a nível mundial como a central fotovoltaica de Moura ou o primeiro parque de energias das ondas.
- A aposta na microgeração, a qual arrancou no princípio deste mês, tendo em apenas algumas horas registado pedidos superiores a 2 megawatts.

Temos empresas muito fortes, como a EDP e a Galp, que estavam paralisadas e sem rumo há três anos atrás.

Mas não vamos esquecer os pequenos investidores e as autarquias e a sua importância na dinamização de toda esta aposta nas renováveis. Para isso, será lançado até ao final de Abril a terceira fase do concurso de potência eólica, envolvendo a instalação de 200 megawatts, distribuídos em pequenos lotes individuais com particular destaque para as zonas do interior do país. Este concurso simplificado terá uma forte componente local, no sentido de privilegiar a articulação entre os pequenos investidores e as autarquias.

De Horácio Pereira

Para quando o aumento da potência fotovoltaica atribuída, bem como a possibilidade das empresas apresentarem projectos solares fototer-

modinâmicos com equipamentos de concentração solar?

Portugal já tem uma meta importante na vertente da energia solar: 150 megawatts instalados até 2010. Nesta área, Portugal tem implementados ou em fase de implementação vários projectos de bandeira que tornam o país numa referência em termos mundiais:

- A central de Serpa com 11 megawatts, uma das maiores centrais fotovoltaicas do mundo em funcionamento.
- A central de Moura com 50 megawatts a inaugurar no final do primeiro semestre de 2008 e que será a maior central fotovoltaica do mundo.
- A central do MARL com 12 megawatts, a maior central fotovoltaica do mundo em ambiente urbano.

Recentemente, a BBC transmitiu uma série de cinco programas sobre o êxito de Portugal nas energias renováveis.

A aposta na energia solar também passa de forma relevante pela vertente da microgeração, na qual o solar fotovoltaico, complementado com o solar térmico para aquecimento, é a tecnologia com expressão mais significativa. Nesta área, Portugal ambiciona atingir os 36 megawatts até 2010.

Espanha em matéria de política de energia, porque penso que estamos numa situação melhor. Não há nenhum outro sector da nossa economia em que posamos dizer que estamos no top-5 da Europa. A Espanha não está no top-5 em matéria de renováveis e, ainda por cima, acumulou um défice tarifário superior a 16 mil milhões de euros.

A aposta do Governo no sector da energia tem também por objectivo assegurar a sustentabilidade económica dos investimentos e, simultaneamente, promover o desenvolvimento regional.

Esse objectivo já tem vários resultados concretos:

- Na energia eólica, a atribuição de potência nos concursos eólicos teve como contrapartida a constituição de *clusters* industriais com uma importante componente de inovação. Estes dois *clusters* implicaram o desenvolvimento de importantes pólos industriais, em especial em Viana do Castelo e Oliveira de Frades, com um investimento superior a 230 milhões de euros e a criação de mais de 3 mil postos de trabalho
- Na biomassa, a atribuição dos 15 lotes colocados a concurso implicou a apresentação por parte dos candidatos de

sector da energia constitui um importante motor de desenvolvimento económico, ambiental, social, regional e tecnológico.

De Jorge Vasconcelos

Tendo como pressuposto a posição oficial do Partido Socialista, que em 2003 foi contra a privatização das Pousadas de Portugal e respectiva concessão da exploração, até pelo facto da empresa estar à época num processo de reestruturação que começava a dar os seus frutos, permita-me que lhe coloque algumas questões, a saber:

Que balanço faz V. Ex^a destes quase cinco anos de concessão das Pousadas de Portugal, sendo certo que durante esse período o Contrato de Cessão de Exploração foi por diversas vezes violado com maior ou menor gravidade, havendo por isso razões objectivas para a denúncia do mesmo por incumprimento?

Quero começar por dizer que os resultados no turismo são excelentes a todos os níveis, dou os meus parabéns ao secretário de Estado Bernardo Trindade. Herdámos uma situação de grande instabilidade e, passados três anos, ultrapassámos os 12 milhões de turistas estrangeiros.

De Jorge Vasconcelos

No que toca à Enatur, de que é o primeiro responsável pelo acompanhamento do Contrato de Concessão, irá o Governo proceder a mudanças estruturais na empresa que possibilitem um maior esforço fiscalizador do mesmo?

À Enatur cabe zelar por uma correcta utilização do seu próprio património e do património do Estado que lhe foi afecto, bem como pela utilização da marca "Pousadas de Portugal".

A fiscalização da execução do contrato é, assim, exercida, em primeira linha, pela Enatur, de quem o Estado é accionista maioritário, através da avaliação dos documentos de informação e de prestação de contas que o Grupo Pestana está obrigado a apresentar, quer através das visitas às várias unidades que realiza para acompanhamento da forma de exploração das unidades.

Naturalmente, o Governo acompanha a execução deste contrato com atenção e continuará a zelar para que a actuação do Estado seja eficaz.

De Paulo Marrafa

Quais as expectativas para a conti-



“Sem finanças públicas sãs não há crescimento. Os agentes económicos querem estabilidade, a instabilidade é muito má para as famílias e para as empresas. Os agentes económicos não querem a política fiscal do PSD, que mudou de opinião quatro vezes em apenas nove meses”

Mas não queremos ficar por estas metas. Com os objectivos estabelecidos pela União Europeia para 2020, Portugal tem definida a quinta meta mais ambiciosa da UE27, com 31% do total da energia final consumida no nosso país ser de fonte renovável.

Nestes termos, serão definidas novas metas para 2020 para a capacidade instalada de energias renováveis, das quais se destaca a vertente de energia solar. Para esta tecnologia será definida a meta de 700 megawatts instalados em 2020, a qual inclui as componentes fotovoltaica e termoeléctrica. Esta nova meta constituirá um novo impulso à dinamização da energia solar em Portugal e permitirá às empresas apresentarem novos projectos inovadores nesta área e desta forma aproveitar o potencial endógeno do país.

De Horácio Pereira

Por que não seguir o exemplo do Governo do PSOE em Espanha e avançar com políticas de desenvolvimento dos recursos energéticos renováveis endógenos com impacto quer no desenvolvimento regional, quer na criação de emprego, dando sustentabilidade, e continuidade às empresas do sector?

Eu não aceito comparações negativas com

contratos de recolha de importantes quantidades de biomassa florestal nas regiões limítrofes. Este exemplo demonstra a preocupação na definição da política de energia e suas valias na articulação com a política de limpeza das florestas e de prevenção de incêndios

- Na energia hídrica, os 18 projectos estruturantes que já foram lançados ou estão em vias de anúncio público implicarão um importante contributo da engenharia e construção nacional, assegurando um nível de incorporação nacional superior a 80% nos cerca 2700 milhões de euros de investimento previsto. Adicionalmente, envolverão, em média por ano, mais de 3 mil postos de trabalho durante o período de construção entre 2008 e 2015-20.

A política do Governo para o gás, em que liberalizámos antecipadamente o mercado, renegociámos as concessões e criámos mecanismos mais transparentes de cálculo das tarifas permitiram beneficiar muito as regiões mais desfavorecidas do interior do país.

Estes são apenas alguns exemplos dos impactos indirectos da política de energia. Com um investimento acumulado de cerca de 12 mil milhões entre 2007 e 2012, o

A opção pela privatização das Pousadas de Portugal, como referiu, não foi uma opção do Governo socialista. Quando este Governo iniciou funções, a privatização da Enatur e a cessão de exploração das pousadas ao Grupo Pestana já tinham sido concluídas há dois anos. O contrato de concessão está, portanto, em vigor e deve ser respeitado por todos, Estado e privados.

O Grupo Pestana é um dos grupos hoteleiros nacionais mais importantes, que se tem afirmado nacional e internacionalmente pela qualidade dos seus equipamentos hoteleiros, e penso que é inquestionável a sua capacidade de gestão da rede hoteleira das pousadas.

Ao longo destes cinco anos, verificaram-se pequenas questões pontuais – muitas delas associadas a lacunas do contrato, que temos acompanhado de perto e relativamente às quais, sempre que considerámos necessário, interviemos, através da Enatur, de quem o Estado é accionista maioritário.

É importante salientar que a Enatur apresentou, durante mais de uma década, resultados negativos. Essa tendência inverteu-se apenas em 2006, tendo a partir desse ano apresentado resultados positivos.

Por isso, o balanço destes cinco anos é, até ao momento, positivo.

nuação da diminuição do défice e da dívida?

Sem finanças públicas sãs não há crescimento. Os agentes económicos querem estabilidade, a instabilidade é muito má para as famílias e para as empresas. Os agentes económicos não querem a política fiscal do PSD, que mudou de opinião quatro vezes em apenas nove meses.

O rumo é claro, vamos manter o esforço de baixar o défice e a dívida, não podemos regressar à situação que encontramos em 2005, com um défice superior a 6% do PIB e a economia à beira de uma segunda recessão.

Mas, não vamos esquecer que é necessário apoiar a economia real. Por exemplo, a taxa do IVA baixou recentemente, o que injecta na economia cerca de 500 milhões de euros por ano. Ao mesmo tempo, estão a ser lançados projectos de infra-estruturas muito importantes para o futuro do país. Os programas do QREN para apoiar as empresas arrancaram em força, muito por mérito do secretário de Estado Castro Guerra e de Nelson de Sousa, gestor do PO da competitividade, do qual sou o coordenador. No MEI trabalha-se em equipa para apoiar a economia.

Corrente de opinião de Manuel Alegre promove debates

A CORRENTE de opinião liderada por Manuel Alegre no interior do PS vai promover três debates, que contarão com a presença de socialistas apoiantes da actual direcção. O primeiro debate, a realizar no próximo sábado, dia 19 de Abril, terá como tema “Nova esquerda e desemprego: que políticas?”, será moderado por Jorge Bateira e contará com as intervenções de Maximiano Martins e Nuno Teles.



Manuel Alegre, que não estará presente nesta primeira iniciativa, fará uma intervenção no dia 31 de

Maio, quando se discutir o tema “Nova esquerda e desigualdades: que políticas?”. Moderado por

Eduardo Rodrigues, o debate irá ter intervenções de Pedro Adão e Silva, dirigente do PS durante a liderança de Ferro Rodrigues, e do politólogo André Freire.

O terceiro debate, subordinado ao tema “Nova esquerda e educação: que políticas?”, terá como intervenientes a vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS Manuela de Melo e a ex-secretária de Estado Ana Benavente. J.C.C.B.

Promoção no estrangeiro traz turistas a Portugal

O SECTOR do turismo mantém a tendência de crescimento que se vem registando desde 2006. Em Fevereiro, o número de turistas estrangeiros aumentou em Portugal, em grande parte, devido às campanhas promocionais dirigidas aos principais mercados europeus e à participação do Turismo de Portugal em feiras internacionais do sector, como a FITUR em Madrid.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), nesse mês, registaram-se 1,5 milhões de dormidas de turistas estrangeiros, mais 16,6 por cento do que no período homólogo anterior. Todos os principais mercados demonstraram um aumento significativo ao nível das dormidas, com destaque para o francês – mais 24,9 por cento – e o espanhol – mais 23,5 por cento.

Segundo o INE, ao longo do mês registaram-se aumentos de dois dígitos nos proveitos totais, hóspedes e dormidas, reforçando assim a tendência de crescimento registada pelo turismo a partir de 2006.

Os proveitos totais da hotelaria chegaram aos 101,4 milhões de euros, mais 13,3 por cento que no período homólogo de 2007, o número de hóspedes cresceu 13,9 por cento, para 802,7 mil, e as dormidas aumentaram 12,9 por cento, para 2,2 milhões.

De salientar que as receitas do turismo, em 2007, atingiram os 7,4 mil milhões de euros e os turistas ultrapassaram os 12 milhões, com um crescimento de 11 por cento e 9,2 por cento, respectivamente, em comparação a 2006.

OPINIÃO



HORTENSE MARTINS
Deputada do PS

Com o desenvolvimento da rede de plataformas, Portugal irá potenciar a logística do país, servindo os principais tráfegos de mercadorias com origem ou destino nacional, cobrindo mais de 98% da economia e população

O TURISMO SUSTENTÁVEL E COMPETITIVO PARA PORTUGAL E PARA A EUROPA

O TURISMO é efectivamente o sector que melhor pode contribuir para um efectivo desenvolvimento sustentável. Esta foi aliás uma das conclusões da conferência internacional que se realizou no passado dia 1 de Abril e que pôs em confronto o PENT- Plano Estratégico Nacional para o Turismo, e a Agenda Europeia para o Turismo Sustentável e Competitivo.

Na realidade para reflectir sobre o tema da competitividade e da sustentabilidade, estiveram presentes os mais diferentes actores do sector, quer ao nível nacional quer internacional. Estiveram presentes agentes institucionais (Governo, autarquias, regiões de turismo, universidades), Comissão Europeia e OCDE. E ao nível privado, o sector respondeu positivamente através da presença de representantes da Confederação do Turismo, associações e empresários, assim como estudiosos do sector.

Estiveram assim representados todos os principais agentes do sector turístico, tendo em conta os diversos segmentos, e mesmo algumas organizações ambientais, o que sem dúvida representa uma aproximação da Assembleia da República aos cidadãos através da promoção deste debate, no âmbito da Subcomissão de Turismo.

Foram várias as conclusões a que se chegaram. Mas, na minha perspectiva o principal desafio que temos hoje quer em termos europeus, quer nacionais é o desafio de interligarmos, ambiente, economia e sociedade da melhor forma, potenciando os nossos recursos e colocando-os ao serviço das populações, quer de hoje, quer de amanhã. Porque é certo que sem competitividade a sustentabilidade estará certamente comprometida.

É unânime, que pela primeira vez temos um plano a longo prazo, que norteia a estratégia do turismo para Portugal, e que temos tido nos últimos anos, e mesmo no ultimo ano dos melhores resultados da ultima década.

Na verdade Portugal subiu sete posições, no ultimo ano, ocupando neste momento a 15ª posição no ranking do Fórum para a Competitividade. Ora isto é extremamente relevante, e resulta dos esforços efectuados pelos agentes privados, mas sobretudo a uma nova política de Turismo encetada pelo Governo do PS, que está já a produzir resultados. No entanto, tal não obsta que continuemos empenhados e a ter que dar extrema atenção aos factores que emperram e dificultam ainda um melhor desempenho, nomeadamente o nível da produtividade.

E o mesmo se passa quanto a estratégia definida pelo Governo no PENT. Há a necessidade de irmos monitorizando e adequando produtos e mercados às evoluções rápidas das tendências de turismo, mas não perdendo o norte, porquanto como se sabe, os investimentos em promoção só serão efectivos e reprodutivos se continuados. De contrário, serão apenas uma forma de gastar dinheiro e não um investimento.

Um outro ponto que penso ser relevante neste tema do turismo competitivo e sustentável, é que este tem que ser um instrumento que temos que utilizar e aproveitar. Sobretudo quando falamos do interior do nosso país, cheio de potencialidades por descobrir. Significa isto que temos que saber aproveitar esses recursos e todo esse património natural e histórico, o que nos desafia a compatibilizar ambiente e desenvolvimento económico. Em compatibilizar paisagens e reservas naturais, ou áreas protegidas e sociedade, em interligar a protecção ambiental com os interesses das populações que aí habitam e a promoção da fixação de pessoas. Só com a permanência de pessoas nessas zonas do nosso território se combate efectivamente a desertificação. E, na minha perspectiva, só com esse combate teremos possibilidades de prevenir e evitar os incêndios, diminuir as assimetrias e, por conseguinte, tornar o nosso país mais equilibrado. Temos aqui um desafio para todo o país, e também para as autarquias, agentes económicos, entidades institucionais, escolas, Governo, conseguirmos levar à prática esta agenda para o turismo sustentável e competitivo.

Uma última palavra para os últimos números do INE de Fevereiro. “A hotelaria registou 2,2 milhões de dormidas, equivalendo a um crescimento de 12,9%, face ao mesmo período de 2007. Para este aumento contribuíram quer os não residentes (+16,6%) quer os residentes, embora com um acréscimo de menor dimensão (+5,6%)”. E quando observamos os proveitos totais verificamos o mais importante, é que não importa crescer apenas quantitativamente, mas sobretudo qualitativamente, que é o que se verifica. Na verdade “os proveitos totais atingiram 101,4 milhões de euros, correspondendo 65,1 milhões de euros aos de aposento, valores que representam variações homologas de 13,3% e 15,5%, respectivamente”.

Concluindo, podemos dizer que o sector turístico em Portugal está no rumo certo. E que o PENT propõe um triângulo virtuoso: modelo de desenvolvimento, clusters de competitividade (regionais ou sectoriais) e tableau de bord para monitorização.

Esta é uma das conclusões da conferência internacional em que participei, e julgo que todos temos que continuar a trabalhar para não apenas mais turismo mas melhor turismo. E, na minha perspectiva, temos que fazer com que tal signifique, mais e melhor desenvolvimento para todo o país.

Regularize as suas quotas Novo Regulamento de Quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695



Contamos consigo!

“Temos um primeiro-mir e Portugal não pode despe

JOSÉ TAVARES NEVES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA

A única alternativa política é aquela que não adia reformas, que aposta no desenvolvimento e no crescimento da economia, que organiza as finanças públicas e que gere os recursos de forma consciente.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, José Tavares Neves, presidente da Câmara Municipal de Arouca, lembra que o Governo liderado por José Sócrates tem sabido encarar corajosamente os problemas que se colocavam a Portugal, ultrapassando um certo clima de facilitismo, lutando contra as desigualdades sociais e, sobretudo, realizando um conjunto de políticas que o país há muito reclamava.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Qual a importância do projecto de requalificação da serra da Freita em que a edilidade está envolvida?

Mais do que um projecto de requalificação, estamos a trabalhar intensamente no reconhecimento, por parte da UNESCO, do nosso vasto património. Nesse sentido, esperamos, em breve, ter em Arouca o segundo Geoparque Nacional. Os nossos projectos têm sempre uma vertente estruturante, integrada. Com este equipamento estamos a pensar não apenas na preservação e divulgação do nosso património, mas também em como podemos organizá-lo. Temos vindo a trabalhar para termos uma oferta turística organizada, privilegiando um turismo cultural e de natureza.

Hoje, as pessoas deslocam-se não apenas para passearem ou verem passivamente. Em Arouca, poderão aventurar-se nas águas bravas do Paiva, aprender mais sobre os fenómenos geológicos das Pedras Parideiras ou sobre as trilobites gigantes (fenómenos únicos no mundo), no Centro de Interpretação Geológica de Canelas, conhecer um dos mais ricos acervos de arte sacra, no museu instalado no Mosteiro, usufruir do imenso espaço natural no planalto da Serra da Freita. Somos o único município de montanha da área metropolitana do Porto, razão porque devemos ter cuidado com um desenvolvimento que desejamos sustentável em que a gestão dos recursos é pensada.

Futuro sustentável foi o tema de um recente fórum realizado em Arouca. Que trabalhos tem vindo a empreender a sua edilidade em prol de uma mais adequada gestão da água, mas também no sector da educação, mobilidade e ordenamento do território?

Somos um concelho de montanha, com cerca de 25 mil habi-

tantes, para uma área de 329 quilómetros quadrados. Trata-se de um território vasto e diversificado, com especificidades a que temos de atender. Como disse, temos uma obrigação para com a nossa população: zelar pela boa gestão dos nossos recursos e pela procura de um desenvolvimento sustentado e integrado. Para isso, temos absoluta necessidade de criar reservas estratégicas de água. Estamos a ordenar os cursos de água. Neste momento, temos mais de 80 por cento da população servida pela nossa rede de água e sete ETAR em funcionamento. Recordo que em 2006, tínhamos 33 por cento de taxa de cobertura na rede de saneamento.

Estamos a alargar as nossas redes e concluímos o emissário da rede de saneamento das sete freguesias do vale de Arouca, o que representa um aumento de quase 10 por cento na cobertura da rede de saneamento. Prestamos, por outro lado, especial atenção à floresta, um dos recursos que mais riqueza gera no concelho. Nesse sentido, temos vindo a promover várias acções de reflorestação de zonas afectadas pelos incêndios. Por outro lado, estamos também a planear o Parque Florestal de Usos Múltiplos, que inclui a reabilitação das margens do rio Gondim. No que diz respeito à mobilidade, somos parte, desde 2005, da Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

No domínio da educação, somos por muitos considerados um município modelo no que diz respeito à “escola a tempo inteiro”. Sofremos um primeiro “choque” com o encerramento de 16 escolas, mas soubemos encontrar soluções. A nossa carta educativa foi das primeiras a obter homologação ministerial.

Reformulámos a rede e os transportes escolares, e, neste momento, temos 100% de cobertura em termos de refeições escolares, nas actividades de enriquecimento curricular e na componente de apoio à



família, nos jardins-de-infância.

No que diz respeito ao Ordenamento do Território, demos passos firmes, com o arranque de um Plano de Urbanização do eixo urbano Escariz/Fermêdo, uma iniciativa na qual estamos a trabalhar em parceria e com as populações e entidades responsáveis das freguesias. Na Educação, no Ordenamento do

Território ou no abastecimento de água e saneamento, tudo está em permanente movimento. A nossa postura é de constante monitorização das acções que implementamos.

O Mosteiro de Arouca é uma peça arquitectónica de interesse local e nacional. Para lá das

várias realizações e iniciativas pontuais que alberga, que futuro lhe está reservado?

Queremos instalar na ala sul do Mosteiro uma unidade hoteleira. Em Janeiro do ano passado formalizámos um protocolo entre a Câmara, IPPAR e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, homologado pelo Ministério da Cultura,

Ministro activo e reformador "perdiçar esta oportunidade"

um dos fundamentos da identidade arouquense. Neste sentido, temos apostado na realização de eventos de qualidade, envolvendo sempre a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda (que gere o espaço), bem como a população. No Mosteiro, realizamos um conjunto vasto de eventos dos quais destaco alguns concertos com as melhores orquestras nacionais e com alguns dos mais cotados músicos. Estamos a ultimar os preparativos para acolher aqui a primeira universidade de Verão do país, promovida pela Universidade do Porto, em parceria com a Câmara Municipal de Arouca.

As redes sociais do concelho de Arouca e as dos municípios vizinhos apresentaram um documento onde são estabelecidos contributos para o desenvolvimento social da região de Entre Douro e Vouga. O que espera que este documento possa trazer para o futuro do seu município?

Este estudo, para o Plano de Desenvolvimento Social da região do Entre Douro e Vouga, a que pertencemos juntamente com Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra, é um levantamento das realidades e das entidades que operam no terreno no domínio da Acção Social. A nível municipal, temos já esse trabalho feito, no âmbito da nossa rede social concelhia. Neste aspecto, o papel das IPSS's e o diálogo permanente com a Segurança Social têm sido fundamentais. Exemplo disso, têm sido as nossas candidaturas ao programa PARES, em que temos trabalhado em conjunto com as instituições, ao abrigo do qual, em ambas as fases, já aprovamos nove projectos, num valor global de mais de sete milhões de euros, beneficiando oito instituições.

Neste momento temos excelentes contributos de todos, a nível local e regional. Mas mais importante que isso é esse trabalho em rede que estamos a desenvolver.

Em sua opinião Arouca já está bem servida de vias de comunicação, ou, pelo contrário, ainda há um caminho a percorrer?

As acessibilidades são, neste momento, o nosso grande problema. Todas as vias que nos servem ainda não estão concretizadas, mas acreditamos que, especialmente no que diz respeito à A32, teremos novidades muito em breve, uma vez que a obra já está concessionada à Brisa.

De facto, a A32 proporcionará uma alternativa importante, um acesso mais rápido e eficaz à cidade do Porto e a Oliveira de Azeméis e,

por consequência, à A1 e a sul.

Paralelamente a isso, estamos a avançar com o processo da nossa via estruturante (Variante à EN 326), que terá um nó de ligação à A32 e um acesso privilegiado à A1, em Santa Maria da Feira.

O IC35 terá também passagem pelo nosso concelho. Simultaneamente, estamos a criar alternativas viárias no interior do município que nos permitam circular eficazmente, especialmente em torno da vila e do nosso centro histórico, ligando várias freguesias com a nova circular urbana. Há, de facto, um caminho a percorrer, mas estamos a percorrê-lo. Há decisões que dependem do Governo que nos tem dado toda a abertura e colaboração.

As alterações que o Governo introduziu na Lei das Finanças Locais são, em sua opinião boas,



ou, pelo contrário, tem críticas ou sugestões a fazer?

Quando analisamos as coisas a um nível nacional temos obviamente uma visão diferente de quando as observamos de um ponto de vista local. No geral, as opções em relação às Finanças Locais têm o nosso acordo, mas há especificidades com as quais não podemos concordar. Um exemplo concreto: não podemos encarar da mesma forma uma obra de água ou de saneamento que decorra num município de montanha ou num município mais plano. As dificuldades, no terreno, são diferentes, o que faz com que o volume de despesa seja também diferente, num caso e noutro. É claro que, vistas as coisas deste ponto de vista, praticamente cada município quereria ter um regime de excepção para si, o que se

tornaria impraticável. Contudo, atender a essas especificidades seria, de facto, o ideal.

Mais autonomia do poder local significa mais descentralização financeira da parte do Governo, ou a lei como está já é suficiente para uma gestão equilibrada dos municípios?

Sectores como a Educação e a Acção Social devem, no meu entender, ser alvo de uma descentralização efectiva. São dos sectores que mexem mais com a vida quotidiana das populações.

Por isso, quando falo de descentralização efectiva, falo de uma descentralização não apenas financeira, mas também de um reajustamento ao nível dos recursos humanos.

Com novas competências, com recursos financeiros acrescidos mas sem recursos humanos qualifica-

tais, demonstrando um espírito salutar de cooperação e complementaridade. Apesar de sermos um município de montanha, no interior, estamos somente a 30 quilómetros do litoral. Somos parte integrante e membro de pleno direito da AMP. Temos vindo a trabalhar com o Governo, lado a lado, nas questões ligadas às acessibilidades, iniciativa de que temos recebido total colaboração da parte de todos os ministérios envolvidos.

Este Governo tem vindo a mostrar uma faceta reformista única. Em sua opinião é este o caminho que o país precisa para enfrentar os desafios do futuro?

A única alternativa possível é aquela que não adia reformas fundamentais para o país, que aposta no desenvolvimento, que organiza as finanças públicas, que gere os

“

Esperamos, em breve, ter em Arouca o segundo Geoparque Nacional”

“Com novas competências, com recursos financeiros acrescidos mas sem recursos humanos qualificados, as verbas, por maiores que sejam, de pouco servem”

“É necessário que Portugal tenha mais gente envolvida e menos gente reactiva”

”

que nos permitiu avançar com o processo. Com base num estudo prévio do arquitecto Eduardo Souto de Moura terminámos, recentemente, o caderno de encargos e o programa de concurso. O investimento rondará os sete milhões de euros, para um espaço de várias valências e uma oferta de cerca de quarenta quartos. O Mosteiro é

dos, as verbas, por maiores que sejam, de pouco servem. O dinheiro é importante para resolvermos ou ajudarmos a resolver os problemas dos nossos municípios, mas não é tudo. É apenas uma parte da solução, uma ajuda importante para que possamos prestar serviços de qualidade e dar melhores condições de vida às populações.

Este Governo tem sabido lidar com os problemas das autarquias, ou, em sua opinião, ainda têm ambos um caminho a percorrer?

Cada caso é um caso. Haverá autarcas mais e menos satisfeitos. Da nossa parte, temos tido toda a abertura da parte do Governo para o diálogo, para a cooperação e para a troca de ideias. Os nossos projectos têm sido bem acolhidos pelos responsáveis governamen-

recursos de forma consciente. Essa alternativa foi a que Portugal escolheu. O povo é soberano e o seu julgamento é, normalmente, justo. O país passou por um período de facilitismo, de acentuadas desigualdades sociais e de alguma instabilidade política, a que urgia atender. Neste momento, para que essa acção reformista tenha melhores resultados, entendo ser importante um maior envolvimento dos agentes que directamente intervêm no terreno (movimentos sociais, instituições, população em geral).

É necessário que Portugal tenha mais gente envolvida e menos gente “reactiva”. Temos, um primeiro-ministro activo e reformador, um Presidente da República empenhado no desenvolvimento do país. Portugal não deve desperdiçar esta oportunidade.

Socialistas de Leiria saúdam manutenção da Região de Turismo

A MANUTENÇÃO da Região de Turismo Leiria/Fátima (RTL/F) no novo mapa do turismo satisfaz a Federação do PS de Leiria, que num comunicado divulgado recentemente “saúda o Governo, por ter sabido acolher as propostas dos intervenientes locais, fazendo justiça à consagração de uma região turística que é fundamental para a zona e para o país”.

O PS/Leiria recorda o “empenhamento sistemático dos deputados do PS no sentido de concretizarmos este objectivo”, vincando que este assunto fora já objecto de uma audiência junto do secretário-geral e primeiro-ministro, José Sócrates.

“A Federação do PS não pretende reclamar para si nenhum mérito específico na concretização deste objectivo, antes quer saudar e felicitar todos aqueles que, à sua



maneira e dentro das suas possibilidades, se uniram na sensibilização das autoridades do Estado para este assunto”, defendem os socialistas.

Refere ainda o documento que os socialistas fizeram “todo o trabalho devido”, e “quem ganhou foi o distrito de Leiria a sua economia e a sua população”. M.R.

Gonçalo Rocha renova mandato na concelhia de Castelo de Paiva

O ESPAÇO da sede do PS em Castelo de Paiva foi pequeno para acolher os muitos socialistas e convidados que quiseram estar presentes na tomada de posse da Comissão Política.

Numa cerimónia muito concorrida, que serviu para assinalar o início de um novo mandato da Comissão Política, bem como a renovação do mandato de Gonçalo Rocha à frente da estrutura “rosa”, estiveram mais de uma dezena de convidados, para além dos muitos militantes que com a sua presença quiseram manifestar mais uma vez o seu apoio ao camarada agora reconduzido. Dos muitos convidados, destaque para a presença do deputado e presidente da Federação de Aveiro, Afonso Candal, da deputada Rosa Maria Albernaz, do eurodeputado Armando França, dos presidentes das câmaras municipais de Arouca e de Ovar, respectivamente, Artur Neves e Manuel Oliveira, do presidente da Assembleia Municipal de Cinfães, Mário Luís, dos presidentes das concelhias de



Arouca, António Tavares, Cinfães, Armando Mourisco, Espinho, José Luís Peralta, Ovar, Luís Alves, Vale de Cambra, Albino Almeida e Santa Maria da Feira, Alcides Branco e ainda do secretariado da Federação de Aveiro, o camarada Luís Neto.

Depois das habituais assinaturas, houve lugar às intervenções, tendo o camarada Gonçalo Rocha aproveitado a ocasião para agradecer o voto de confiança dos militantes e apelou à unidade de todos os socialistas tendo em vista os próximos combates eleitorais.

ANA/PS elogia a forma como o QREN está a ser implementado

A ASSOCIAÇÃO Nacional dos Autarcas do PS (ANA-PS) congratulou-se com a forma e os timings que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) está a ser aplicado no terreno pelo Governo, os quais “a manterem-se beneficiarão em grande medida o país”.

Em comunicado emitido no final de uma reunião promovida pelo secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, que decorreu na sede nacional do PS, os autarcas socialistas consideram que o QREN está “muito vocacionado para projectos de âmbito supramunicipal” e “vem colmatar algumas das graves desigualdades entre as regiões mais ricas e as mais pobres”, bem como “entre o litoral e o interior” do país.

Para os autarcas socialistas, verifica-se ainda que este QREN “será amplamente acompanhado e participado pelos municípios, tendo estes inclusive uma grande



capacidade de decisão na gestão dos programas operacionais regionais, através das associa-

ções de municípios, quer a nível nacional através da participação da ANMP”.

Concelhia do Fundão tomou posse



A COMISSÃO Política da Concelhia do Fundão tomou posse no passado dia 12, numa cerimónia que contou com a presença do presidente da Federação de Castelo Branco, Joaquim Morão, e dos deputados socialistas do distrito.

A sala da sede da Concelhia acabou por ser pequena para esta cerimónia de grande significado político, numa altura em que a grande motivação do PS do Fun-

dão é dar aos fundanenses mais qualidade e ambição para a sua autarquia.

Entretanto o PS/Fundão tem um blogue criado pelo camarada Vítor Cunha que pretende ser “um espaço aberto a todos os cidadãos que defendem a democracia e procuram a solução dos problemas locais face às exigências sociais, económicas e políticas do concelho do Fundão”.

Em psfundao.blogspot.com

os motivos de interesse não faltam, desde um inquérito aos internautas sobre como avaliam o trabalho executado pela anterior Comissão Política até a uma informação actualizada sobre o PS e JS nacionais.

No blogue podem ainda ser consultadas as actas da Câmara de Castelo Branco e tomar-se conhecimento das principais actividades do Governo Civil e da Assembleia da República.

Eleições internas fortalecem socialistas para os desafios do futuro

Continuamos nesta edição do “AS”, a exemplo do que temos vindo a fazer nos números anteriores, a dar notícia sobre as eleições para as comissões políticas concelhias das diversas federações do Partido Socialista. Nesta edição falamos das eleições para as concelhias do Porto, Évora, Guarda e Portalegre.

Porto

Na Concelhia do Porto a vitória foi naturalmente para a lista única liderada por Orlando Gaspar. Após conhecer os resultados, o agora reeleito presidente da Concelhia anunciou de imediato qual o objectivo central para o actual mandato, que passa, como defendeu, “pela reconquista da Câmara Municipal do Porto nas eleições autárquicas de 2009”, sublinhando, todavia, não se tratar de um simples capricho político, mas de dar continuidade ao que classificou de “tradição do PS em governar a cidade”.

Também em Matosinhos tiveram lugar as eleições para a Concelhia, tendo-se apresentado duas listas ao sufrágio dos militantes. Venceu a lista A, liderada pelo actual presidente da Câmara Municipal, Guilherme Pinto. A lista opositora era liderada pelo presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Hora, Alexandre Lopes.

Na Trofa, concorreram também duas listas. Venceu a lista encabeçada por Joana Lima, contra a lista de Vitor Boucinha.

Na Maia, a vitória coube a Mário Gouveia, numa disputa em que também apresentaram listas Luísa Barreto e Luis Rothes

Para todas as restantes concelhias apenas uma lista se apresentou a sufrágio, tendo Armindo José da Cunha Abreu ganho em Amarante, Joaquim Paulo de Sousa Pereira, em Baião, Eduardo Alberto Leite Bragança da Cunha, em Felgueiras, Arménio Lino Martins em Gondomar, José Faria Santalha, em Lousada, em Marco de Canavezes a vitória foi para a lista liderada por Artur Elísio Braga Melo e Castro, em Penafiel ganhou Micael Carlos Pereira Nogueira Cardoso, na Concelhia da Póvoa de Varzim a vitória foi para Renato Garrido Matos, em Santo Tirso ganhou António Alberto de Castro Fernandes, em Valongo ganhou Orlando Rodrigues, em Vila do Conde, o presidente da Câmara Municipal, Mário de Almeida, em Vila Nova de Gaia, venceu Eduardo Vitor, na Póvoa de Varzim venceu Renato Matos, em Paredes venceu Luísa Tadeu e em Paços de Ferreira a vitória foi para Paulo Ferreira.

Évora

Em cada uma das 14 concelhias da Federação de Évora do Partido

Socialista, apenas uma única lista se apresentou a sufrágio dos militantes socialistas para as comissões políticas.

Assim, para a liderança da Comissão Política Concelhia de Borba, a lista única liderada pelo camarada Ângelo de Sá foi a vencedora, o mesmo sucedendo em Estremoz, onde ganhou José Ramalho. Para a Concelhia de Évora, foi Manuel Melgão quem ganhou e em Montemor-o-Novo foi a lista liderada por Rogério Pinto que obteve a vitória. Em Portel, ganhou Bernardo Nascimento, em Reguengos de Monsaraz, José Gabriel Calixto, e em Vila Viçosa foi a lista liderada por Francisco Chagas que obteve a vitória. As eleições para as concelhias de Arraiolos e Viana do Alentejo terão lugar mais tarde ainda durante este mês de Abril.

Guarda

Apenas na Concelhia da Guarda concorreram duas listas para a Comissão Política, tendo saído vencedora a lista A, liderada por Virgílio Edgar Garcia Bento, que recolheu 111 votos, enquanto que a lista B, liderada por Nuno Almeida obteve 45 votos, tendo-se ainda registado 1 voto branco.

Em relação às restantes concelhias, os resultados deram a vitória ao camarada Orlindo Balcão Vicente que ganhou em Almeida, em Celorico da Beira, ganhou José Albano Pereira Marques, em Figueira Castelo Rodrigo ganhou Carlos Alberto Panta, em Fornos de Algodres a vitória foi para o camarada José António da Rocha, em Gouveia, ganhou Armando José Santos Almeida, em Meda, a lista vencedora era liderada por Jorge Cláudio Heitor Rebelo, em Pinhel, ganhou Francisco José Coelho Dias, no Sabugal, ganhou o camarada Manuel Rei Esteves Barros, em Seia, foi a lista de Eduardo Mendes de Brito que venceu, em Trancoso, ganhou Amílcar José Nunes Salvador e para a Concelhia de Vila Nova de Foz Côa saiu vencedor a lista liderada pelo camarada Vítor Daniel Carvalho Magalhães, e em Aguiar da Beira venceu Paulo Mendes.

As eleições para a Concelhia de Manteigas foram entretanto adiadas para o próximo dia 19 de Abril.

Portalegre

Na Federação de Portalegre, as



concelhias de Avis, Arronches, Castelo de Vide, Elvas, Fronteira e Ponte de Sor, ainda não realizaram as respectivas eleições, acto que terá lugar até ao final de Abril.

Das restantes que já realizaram eleições, Rui Simplício ganhou a

Concelhia de Portalegre, Virgílio Vidinha a de Alter do Chão, em Campo Maior venceu a lista para a Comissão Política liderada por Manuel Rui Azinhais Nabeiro, no Crato ganhou José Correia da Luz, para a Concelhia de Gavião,

a vitória foi para Jorge Martins, em Monforte foi a lista de Miguel Rasquinho a vencedora, em Marvão ganhou Vítor Nicau, em Nisa a vitória foi para a lista liderada por Marco Oliveira e em Sousel ganhou o camarada Mário Marques.

Castelo Branco

Em Castelo Branco, as eleições para as diversas comissões políticas concelhias começaram já no passado dia 15 de Março com eleições no Fundão (já noticiado no último número do “Acção Socialista”), no pretérito dia 5 houve eleições para a Concelhia da Covilhã, em que venceu a lista única liderada Telma Madaleno.

No último fim-de-semana foram eleitas as comissões políticas concelhias de Castelo Branco, Belmonte e Sertã em que foram eleitos, respectivamente, João Carlos Marcelo, Mário Manuel Tomás e Vítor Cavaleiro. R.S.A.

ELEIÇÕES PARA A CONCELHIA DE NELAS

NO ÚLTIMA edição do “AS” demos erradamente a notícia de que nas recentes eleições realizadas para a Concelhia de Nelas do Partido Socialista, no distrito de Viseu, a lista A, liderada pelo camarada Adelino José Borges Amaral, tinha ganho estas eleições com mais de 90 por cento dos votos, derrotando assim a lista B, liderada pelo camarada Francisco Almeida Cardoso. A notícia que publicámos não corresponde, de facto, à verdade como nos recordou Pedro Rocha, em nota enviada ao jornal. Os resultados oficiais deram à lista A 64%, à lista B 33%, tendo-se registado 3% de votos brancos. Por termos dado uma notícia que não corresponde à verdade, pedimos desculpas aos nossos leitores e, em particular, aos camaradas da Concelhia de Nelas. R.S.A.

“O turismo é um vector importante para o desenvolvimento do concelho”

DOMINGOS TORRÃO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE PENAMACOR

As acessibilidades, a requalificação urbana, as energias renováveis, a educação e a formação profissional, a saúde e a terceira idade têm sido as prioridades da Câmara Municipal de Penamacor, afirma o seu presidente, Domingos Torrão, em entrevista ao “Acção Socialista”, onde elenca o conjunto de iniciativas que a autarquia tem lançado para incrementar o turismo, que considera “um vector importante para o desenvolvimento do concelho”.

J. C. CASTELO BRANCO

Que áreas prioritárias têm merecido a atenção da Câmara?

O município de Penamacor elegeu como áreas prioritárias as acessibilidades, a requalificação urbana, as energias renováveis, a educação, a formação profissional, a saúde e a terceira idade

Que realizações mais significativas estão programadas até ao final de mandato?

Até ao fim do mandato está programado realizar, a requalificação da entrada sul da vila de Penamacor, o estudo prévio da ligação de Penamacor à A23 através da ER 346, a aprovação da candidatura ao QREN do projecto para instalação de um parque temático sobre a serra da Malcata e o novo centro escolar destinado ao pré-escolar e 1º ciclo.

Qual o principal problema com que se debate o concelho?

A falta de investimento privado que possibilite a maior fixação das pessoas (para além da interioridade que nos afecta) é no meu entender um dos principais problemas com que se debate o concelho de Penamacor, no entanto, o não aproveitamento da área protegida da serra da Malcata e do regadio da Cova da Beira a norte do concelho tem contribuído para que este problema ainda mais se agudize. Estou convicto que se o Governo incrementar medidas de apoio aos empresários, à fixação das pessoas e legislar sobre o aproveitamento dos recursos já referidos, pode ajudar a minorar este problema.

Que acções, no âmbito das competências do município, têm sido promovidas de forma a travar a desertificação e fixar a população jovem?

A questão da fixação de jovens é um dos maiores problemas com que se debatem os municípios do interior e Penamacor não é excepção.

Os jovens que no seu percurso educacional abandonam a escola, por vezes conseguem trabalho na construção civil, na agricultura, na pastorícia e silvicultura.

Os jovens que finalizam o 12º ano, poucos são os que aqui perma-

necem e normalmente ingressam nas forças militares e militarizadas e para os bombeiros profissionais.

Dos poucos que conseguem atingir cursos superiores, alguns não regressam e outros há que conseguem trabalho no município, nas instituições de solidariedade social e empresas de construção civil.

O município por si só não pode resolver esta questão, tem apoiado e continuará a apoiar o ensino Profissional, as instituições de solidariedade social e as empresas, na tentativa, de aqui fixar o maior número possível de jovens, no entanto, o Governo através de uma discriminação positiva poderá ajudar o interior a colmatar este problema.

A Câmara demarcou um espaço de 3 km da vila onde instalou uma zona industrial com o objectivo de incentivar e conceder às pequenas e médias empresas todas as condições de trabalho. Este espaço tem atraído mais investidores e empresários?

A zona industrial tem recebido alguns investimentos de vários sectores, tais como, mecânica, alumínio, maquinaria agrícola, materiais de construção, indústrias alimentares e serração de madeiras.

Através da aquisição de mais 20 hectares de terrenos, aumentamos a zona industrial para ali serem instaladas empresas do ramo agroalimentar, mas o baixo preço do metro quadrado (0,10 euros) e a existência de infra-estruturas não têm sido factores determinantes para a instalação das mesmas, é necessário que o estado crie apoios e incentivos direccionados para o interior.

Que iniciativas têm sido lançadas pela autarquia para incrementar o turismo no concelho?

Por considerarmos que o turismo é um vector importante para o desenvolvimento do concelho, procedemos à requalificação de parte da zona histórica de Penamacor, estamos a ampliar as instalações do Museu Municipal, queremos através do desporto e do lazer dar vidas às barragens de Meimoa e Bazágueda, apoiamos a realização de eventos desportivos tais como Rally Transibérico e o Moto4 da Beira Baixa e muito recentemente



“A questão da fixação de jovens é um dos maiores problemas com que se debatem os municípios do interior e Penamacor não é excepção”

“A Lei das Finanças Locais deveria ser mais justa para o interior e seguir o exemplo da lei que criou a insularidade para a Madeira e Açores”

te criamos e registamos a marca “Terras do Lince” com o intuito de se aproveitar melhor a Reserva Natural da Serra da Malcata.

O que é quais são os objectivos do Programa de Rede Social de Penamacor?

A população do concelho é

maioritariamente idosa e com o objectivo de dar resposta aos problemas das famílias, envolvemos todos os agentes locais, designadamente, Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPPS), Centros de Dia, Centro de Saúde, Segurança Social, evitando assim situações de pobreza e exclusão social.

O município dispõe de programas específicos para as diversas situações.

Em que consistiu e que balanço faz da Semana da Juventude de Penamacor, que decorreu entre 25 e 30 de Março?

A Semana da Juventude já vai na 4ª edição e este ano foi realizado um torneio de futebol, uma Lan Party (festa em rede utilizando as novas tecnologias) uma Marcha BTT e Passeio Pedestre.

Fazemos um balanço positivo porque houve bastante interesse e participação dos jovens e já está assegurada a próxima edição.

Como avalia a actuação do Governo no que respeita ao seu concelho?

O Governo liderado pelo eng. José Sócrates ajudou-nos a desbloquear alguns assuntos tais como: construção da Estrada Regional Penamacor/Espanha, cedência da Quinta da Sr.ª do Incenso (que vai permitir dotar o concelho com

mais equipamentos sociais para a terceira idade) e aproveitamento hidroeléctrico da barragem da Ribeira da Meimoa.

No geral a actuação do Governo é positiva, mas poderá melhorar se for desbloqueado o estudo prévio para a ligação de Penamacor à A23, se for dada maior atenção aos problemas do interior, se se esbaterem as assimetrias litoral/interior e se se equilibrarem os aspectos fiscais nos dois lados da fronteira.

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

A Lei das Finanças Locais é um instrumento importante de gestão da coisa pública. É reconhecido o papel relevante no desenvolvimento de Portugal por parte das autarquias os últimos 30 anos.

Também é reconhecido que as autarquias são um motor importante na economia do país, não só pelas obras públicas, como pelos serviços que prestam às populações.

Sabe-se que dos 308 municípios portugueses há uma parte significativa que vive das transferências do Orçamento do Estado e que dificilmente serão capazes de alterar para muito mais as receitas próprias. Esta lei deveria ser mais justa para o interior e seguir o exemplo da Lei que criou a insularidade para a Madeira e Açores.

“Vamos procurar convencer o poder central da importância do IC31”

ÁLVARO ROCHA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE IDANHA-A-NOVA

Fixar os jovens em Idanha-a-Nova, desenvolver o concelho de forma sustentável e combater a desertificação são os três objectivos essenciais que têm pautado a actividade da autarquia, cujo presidente, Álvaro Rocha, faz um balanço claramente positivo do seu mandato. Nesta entrevista ao “Acção Socialista”, destaca a sua aposta na atracção de investimentos privados, na valorização dos espaços urbanos e rurais, nos apoios ao turismo regional, na preservação ambiental, na produção de energias alternativas e na prossecução de políticas sociais. A construção do IC31 mobiliza agora a energia do edil socialista, que tudo promete fazer para convencer o poder central da necessidade desta nova via.

MARY RODRIGUES

No seu entender, quais são os reptos a que o concelho de Idanha-a-Nova deverá dar resposta com prioridade?

Sendo um concelho do interior do país, Idanha-a-Nova debate-se, fundamentalmente, com o problema do envelhecimento populacional e a inerente desertificação. Deste modo, melhorar a qualidade de vida dos habitantes, criando-lhes melhores condições, através de investimento público e privado, é uma forma de podermos fixar jovens.

Qual é a estratégia que o seu Executivo tem seguido com vista a colocar Idanha no mapa do desenvolvimento sustentável e combater a desertificação?

O combate à desertificação e a colocação de um concelho no mapa do desenvolvimento são tarefas de grande complexidade, tendo em conta a tendência da vida moderna de procura dos grandes centros urbanos.

Assim, temos apoiado, e tencionamos continuar a apoiar, todos os empresários que invistam no concelho, visando atrair novos investidores.

Entre as muitas áreas onde temos intervindo, destacamos o apoio aos idosos, às associações e instituições de solidariedade social do concelho.

Procuramos também unir esforços de toda a região, no sentido de valorizarmos os espaços onde nos encontramos integrados, tendo-nos inserido na formação da “Naturtejo” como forma de dinamizar o turismo da região, bem como a criação do Geo-Park.

Temos igualmente feito uma grande aposta na divulgação e na promoção de eventos de grande dimensão nacional e internacional, entre eles a Volta a Portugal em Bicicleta, a Feira Raiana, o Boom Festival, Campeonatos Internacionais de Futebol Juvenil

e, recentemente, a organização do III Campeonato do Mundo de Ciclismo para Cidadãos Portadores de Deficiência Intelectual.

A nova Lei das Finanças Locais tem contribuído ou pode contribuir para concretizar esses e outros desafios?

A Lei das Finanças Locais foi peça imprescindível no desenvolvimento local.

No que diz respeito à nova lei, esta não acrescentou muitos benefícios aos já existentes.

De que maneira a actuação do Executivo camarário tem melhorado a qualidade de vida dos idanhenses?

Temos promovido diversos regulamentos de apoio aos mais necessitados, como é o caso do Cartão Raiano +65, que permite o transporte gratuito, em todo o concelho, pelo menos duas vezes por semana, através de autocarros disponibilizados pela Câmara Municipal.

Temos igualmente um carro oficina ao dispor dos utentes do Cartão Raiano, para ajudar em pequenas reparações nas habitações, bem como uma outra viatura que fornece serviços de enfermagem, permitindo fazer pequenos curativos e apoiar os idosos nas coisas mais elementares.

Das medidas levadas a cabo para melhorar a qualidade de vida dos idanhenses, podemos destacar ainda a construção de três novos lares no concelho, já em funcionamento, além da redução do preço da água aos mais desfavorecidos.

Qual é o balanço que faz dos resultados obtidos em áreas caras aos socialistas como a qualificação, solidariedade, saúde, habitação, inovação, competitividade e o ambiente?

O balanço é positivo. Além do que foi já referido, temos intervindo em muitas outras áreas, nomeadamente através da edificação de



novas urbanizações e no apoio à instalação de estruturas para a produção de biocombustíveis.

Para além da requalificação dos espaços urbanos, com uma forte aposta nas zonas mais abandonadas, na área da solidariedade temos igualmente levado por diante medidas como o apoio aos estratos sociais mais desfavorecidos, através da comparticipação na compra de medicamentos.

Ao nível da habitação, temos apoiado a recuperação de casas, aos mais carenciados, dando-lhe condições mínimas de habitabilidade.

Tem sido também para nós uma marca de qualidade a preocupação ambiental, tentando apresentar este concelho como o mais limpo e ordenado possíveis, pensando sempre no bem-estar dos residentes, mas também no dos turistas que nos visitam.

Poderia dizer-se que as políticas do Governo liderado pelo camarada José Sócrates têm ajudado ao desenvolvimento de Idanha-a-Nova?

O nosso camarada José Sócrates, que bem conhecemos e que bem nos conhece, teve sempre uma marcante preocupação social, que muito nos agrada, e nos tem ajudado neste concelho, que bem precisa de medidas de discriminação positiva.

Estamos certos de que, ao longo da sua liderança, iremos continuar a contar com todo o seu apoio.

Quais os aspectos marcantes da sua experiência como presidente da autarquia de Idanha?

A vida autárquica, bem como o serviço à comunidade, são sempre tarefas de equipa, e neste caso não é excepção. Mesmo assim, nesta questão falarei mais em termos pessoais.

Durante toda a minha vida sempre fui um amante da natureza e do campo, e sempre procurei ter um bom relacionamento com as pessoas, independentemente do estrato social, económico, ou tendência política. Sempre coloquei as pessoas em primeiro lugar. Por essa razão, este cargo de autarca

foi algo ao qual me adaptei com naturalidade.

O relacionamento com as pessoas e o forte apoio que tenho recebido são aspectos muito gratificantes e que me marcam profundamente.

No âmbito do exercício do poder local, quais os desafios que se propõe assumir a curto e médio prazos?

Além de continuarmos empenhados em lutar pelo bem-estar das populações e na criação das necessárias infra-estruturas, há desafios que consideramos fundamentais levar por diante, como forma de ajudar este concelho a agarrar as oportunidades do desenvolvimento.

É certo que continuaremos a nossa obra ao nível social, bem como a reforçar a nossa aposta no turismo e na requalificação do património histórico.

A somar a tudo isto, vamos procurar convencer o poder central da importância do IC31, como factor de desenvolvimento do interior-centro de Portugal, no qual se insere Idanha-a-Nova.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do Plano
Tecnológico

JUSTO RETORNO

AS REFORMAS em contexto de mudança exigem por natureza sacrifícios, que se transformam em resultados quando os processos se consolidam com sucesso. O justo retorno desses resultados é um eixo fundamental da política moderna e da governação disruptiva que ela impõe.

Em Portugal, atingido que foi o objectivo decisivo da consolidação das contas públicas, o Governo está agora em condições de começar a assegurar o justo retorno dos sacrifícios pedidos.

A redução de 1% no IVA foi um primeiro passo e um sinal importante. Até ao final da legislatura, se a crise internacional não o vier a inviabilizar, será igualmente de inteira justiça fazer retornar aos contribuintes o outro 1% de acréscimo do IVA que lhes foi solicitado. A redução da carga fiscal não é no entanto o único nem o mais importante veículo de justo retorno.

O retorno mais justo e determinante é o que está a ser disponibilizado com a criação de condições para uma maior credibilidade e competitividade da economia, gerando novas e melhores oportunidades de qualificação, emprego e negócio para os portugueses. Nestes domínios, a vontade do Governo de garantir um forte e justo retorno viu-se perturbada na sua urgência pelas ondas de choque resultantes da turbulência nos mercados financeiros internacionais.

A melhor preparação do país para fazer face a essa turbulência é ela própria um importante retorno que importa valorizar. Mas mais importante ainda é sublinhar a capacidade que o país adquiriu para estar na primeira linha de recuperação, quando a tendência se inverte e o mundo assistir a um novo ciclo de prosperidade.

A nossa limitação crítica como povo, nunca foi a resistência á adversidade, mas antes a capacidade de aproveitamento das oportunidades. Foi aí, na mudança deste “fado”, que os sacrifícios pedidos foram utilizados. É daí que é legítimo esperar o mais forte retorno. O mais justo e estrutural. O mais consistente e benéfico para Portugal e para os portugueses.

“O Governo está agora em condições de começar a assegurar o justo retorno dos sacrifícios pedidos”



Secretariado Nacional marca Congresso do PS para Fevereiro de 2009



J. C. CASTELO BRANCO

O SECRETARIADO Nacional deliberou propor à Comissão Nacional a realização do Congresso Nacional do PS para o fim de Fevereiro de 2009 e a eleição directa para secretário-geral para o princípio desse mês.

O anúncio foi feito pelo dirigente socialista Augusto Santos Silva em conferência de Imprensa no Largo do Rato, onde adiantou ainda que o Secretariado do PS decidiu agendar os congressos federativos para o próximo mês de Novembro.

“Este é o calendário mais adequado para a preparação dos múltiplos desafios eleitorais que o partido tem pela frente em 2009”, afirmou o secretário nacional do PS.

Por outro lado, Augusto Santos Silva teceu duras críticas às declarações de Luís Filipe Menezes no encerramento do Congresso do PSD/Madeira, referindo que “o presidente do mesmo partido que realizou uma interpelação parlamentar sobre a qualidade da democracia, designadamente a liberdade de imprensa, não teve qualquer pejo ou relutância em participar num congresso à porta fechada, porque nas palavras de

Alberto João Jardim ‘não havia confiança no relato verdadeiro de alguns empregados da Comunicação Social’.

O dirigente socialista criticou também a proposta do PSD de “autonomia sem limites” para as regiões autónomas. Segundo Augusto Santos Silva, “mais uma vez o PSD demonstrou que é um partido trocistas, não tendo uma proposta que se mantenha ao longo de um certo tempo”, sublinhando que a revisão constitucional de 2004 aprofundou as autonomias, sem que até à data o PSD/Madeira tivesse feito a revisão do estatuto político-administrativo da região, ao contrário do que aconteceu nos Açores.

Por isso, concluiu o secretário nacional do PS, “o PSD é hoje um partido que age em ziguezague, sem nenhuma coerência ou credibilidade política, que tenta disfarçar com ataques pessoais inqualificáveis”.

Solidariedade com o PS/Madeira

Na conferência de Imprensa, Augusto Santos Silva foi ainda questionado sobre os recentes elogios do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, a Alberto

“O PSD é hoje um partido que age em ziguezague, sem nenhuma coerência ou credibilidade política”

AUGUSTO SANTOS SILVA

João Jardim, referindo que “o PS não comenta declarações produzidas por órgãos institucionais”.

No entanto, fez questão de frisar que “a actividade política do PS/Madeira, enquanto força da oposição na região, conta com a solidariedade dos órgãos nacionais do partido”.

E adiantou que irá participar, na sua qualidade de membro do Secretariado Nacional, nas comemorações do 25 de Abril organizadas pelo PS/Madeira como “um gesto de solidariedade”.

O dirigente socialista disse ainda que essa solidariedade “faz parte da lógica que organiza o PS como um todo, sem beliscar minimamente que seja a liberdade de opinião, que é típica do PS como os demais partidos democráticos”.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>